



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CAMPUS XIV – CONCEIÇÃO DO COITÉ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

PAULO RODRIGO FERREIRA SILVA

**AS REPRESENTAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO NAS HISTÓRIAS EM
QUADRINHOS: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE “TINTIM NA ÁFRICA”**

Conceição do Coité, agosto de 2014

PAULO RODRIGO FERREIRA SILVA

**AS REPRESENTAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO NAS HISTÓRIAS EM
QUADRINHOS: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE “TINTIM NA ÁFRICA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentados à Banca Examinadora da Universidade do Estado da Bahia, como exigência para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Conceição do Coité
2014

Folha de Aprovação

A Banca Examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia.

Conceição do Coité _____ de _____ de 2014

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima.

Prof. Ms. Antônio Vilas Boas.

Profa. Esp. Cezarella.

AGRADECIMENTOS

Todas as coisas boas que eu tenho na vida resultaram da contribuição de diferentes pessoas. Para eu ter cursado História foi fundamental, em primeiro lugar, a ajuda da minha mãe e da minha avó, que para mim são as melhores pessoas do mundo. Elas me entendem muito bem, mas pouco sabem sobre a disciplina, pelo menos a partir das convenções acadêmicas. Porém, foram responsáveis por me educar, e me preparar para os momentos bons e ruins da vida. Também não posso esquecer-me da minha tia Zenilde, que também contribuiu grandiosamente para minha formação.

Agradeço, sem dúvida, a todos os meus amigos (as), tanto do curso de História, quanto de qualquer outro ambiente. Sem eles eu não teria a alegria necessária para superar os momentos mais monótonos da vida, bem como dispor de ânimo para escrever este trabalho.

Na parte prática e motivacional agradeço ao meu orientador, uma pessoa bastante peculiar, que além de ser fundamental na construção teórica do trabalho, foi fundamental para o surgimento das minhas ambições acadêmicas. Ivaldo Marciano possui uma enorme capacidade de encontrar as palavras certas para me manter disposto a construir os trabalhos.

Meus tios (as) e primos (as) também sempre foram grandes companheiros na vida, além da minha irmã Débora, uma pessoa especial.

Para todos vocês o meu muito obrigado. Que cada um e cada uma recebam bons sentimentos para todas as minhas realizações.

RESUMO: Objetiva-se nessa pesquisa debater sobre as principais representações do Continente Africano na História em Quadrinhos “Tintim na África”. Este trabalho é motivado ainda, pelo interesse de desconstruir visões estereotipadas sobre o Continente, a partir de uma visão que interpreta a cultura e os acontecimentos ligados a ela sendo moldados por construções sociais. Usaremos “Tintim na África”, e a análise de suas imagens, como um meio de discutir as questões de representações, especificamente sobre o Continente Africano. Para tanto, é necessária uma discussão que envolva a Historiografia sobre o Continente, criando assim, novas possibilidades de interpretarmos a África, e ao mesmo tempo, entendermos quais fatores, na maioria das vezes equivocados, foram cruciais para a maneira que os africanos foram rotulados e interpretados no mundo. A análise do texto e das imagens de “Tintim na África” atua como um intermédio entre o conceito de representação e as problemáticas historiográficas.

PALAVRAS-CHAVE: África; Historiografia; História em Quadrinhos; Representação.

ABSTRACT: This research aims to discuss the main representations of the African continent in the Comic "Tintin na África". This study is also motivated by the interest on deconstructing stereotypes about the continent, from a vision that interprets the culture and events related to it being shaped by social constructions. We will use "Tintin na África", and the analysis of their images as a way to discuss the issues of representation, specifically on the African Continent. This requires, a discussion including the Historiography on the Continent, thus creating new possibilities of interpreting Africa, and at the same time, we understand which factors, most often mistaken, were really significant for the way in which Africans were labeled and interpreted by the whole world. The analysis of text and images from "Tintin na África" acts as an link between the concept of representation and the historiographical issues.

KEYWORDS: Africa; Historiography; Comic strips; Representation.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
POSSIBILIDADES DE ESTUDOS HISTÓRICOS A PARTIR DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	11
Histórias em Quadrinhos: Teorias e Debates, Origem e Continuidade.....	14
Estrutura dos Quadrinhos	18
CONFRONTO ENTRE A HISTORIOGRAFIA DO CONTINENTE AFRICANO E OS SEUS ESTEREÓTIPOS MAIS DIFUNDIDOS.....	19
África e Islamismo	22
O tráfico transatlântico e suas consequências para a imagem do Continente Africano	25
A Conferência de Berlim e suas implicações na imagem do continente africano	33
Influência das construções históricas para revista: “Tintim na África” e o contexto histórico através destes quadrinhos	35
Visões da África a partir de outros meios de comunicação	36
A ÁFRICA DE “TINTIM”: DISCUSSÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE A PARTIR DOS QUADRINHOS	39
Análise dos Quadrinhos.....	43
ALGUMAS CONCLUSÕES	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – (p. 8 – Recorte).....	37
Imagem 02 – (p.11 - Recorte).....	37
Imagem 03 – (p. 22).....	38
Imagem 04 – (p. 28 - Recorte).....	39
Imagem 05 – (p. 29).....	40
Imagem 06 – (p. 30 - Recorte).....	41
Imagem 07 – (p. 40- Recorte).....	42
Imagem 08 – (p. 34 - Recorte).....	42
Imagem 09 – (p. 14).....	43

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que as Histórias em Quadrinhos trazem consigo as marcas do seu tempo? E, sendo ainda mais preciso, pode-se ter como verdade o fato de que estas marcas se caracterizam em vestígios, ou, representações de práticas e costumes, o que torna as Histórias em Quadrinhos uma fonte para o exercício do historiador? As respostas para estas e outras perguntas estarão difusas ao longo destas páginas, que eu espero sejam suficientes para convencer você, prezado leitor, de que é possível entender a história a partir das representações existentes nas Histórias em Quadrinhos. Mais do que isso, espero que além de mostrar a exequibilidade de Clio a partir das Histórias em Quadrinhos, também consiga fazer com que percebam que os vestígios deixados nas páginas destas possam desvendar os diferentes níveis de complexidade presentes na extrema diversidade do continente africano. Aliás, digo desvendar, pois estou me referindo às representações sobre a África que se mostram em algumas Histórias em Quadrinhos, especialmente aquelas que saíram das mãos do excepcional e genial Georges Prosper Remi, que é mais conhecido pelo nome Hergé.

Nascido na Bélgica, Hergé foi o criador deste personagem que encantou por décadas diferentes gerações de homens e mulheres em todo o mundo. Seu personagem, Tintim, representava a maior expressão do desejo belga em se mostrar como verdadeiro europeu, colonizador e superior em qualidades morais e em virtudes. Tintim, em suas histórias, visitou diferentes países do mundo. Foi até à Rússia “comunista”, visitou a América do Sul, andou pela Ásia e por outros países europeus. Destas viagens, interessa-nos, sobretudo, àquela em que Tintim fez ao Congo em 1931, e que no Brasil foi publicado como “Tintim na África”. Este título já nos traz algumas questões, a exemplo da necessidade de ter o nome “África” expresso na capa da revista, que é possivelmente mais vendável do que o termo “congo”.

O criador de Tintim, Georges Remi, faleceu no dia 3 de março de 1983, em Bruxelas, a capital da Bélgica. Vitimado pela leucemia, o artista pediu que seu personagem não fosse mais desenhado após sua morte. Há mais de trinta anos, portanto, Tintim está sem fazer viagens, apenas na companhia do seu fiel cão, Milu, de quem nunca se separava em suas histórias.

Mas, estas páginas não serão exclusivas de Tintim. No primeiro capítulo procurarei encetar algumas questões sobre as relações entre a História enquanto área do conhecimento, e as Histórias em Quadrinhos. Neste ínterim, mostrarei um pouco da história, debates e

controvérsias em torno destes geniais meios de comunicação, responsáveis pelo encantamento de homens e mulheres, crianças e adultos, em praticamente todo o mundo.

No segundo capítulo caminharei pelas searas do confronto, comparando a historiografia sobre o continente africano e as Histórias em Quadrinhos. Para tanto terei que discutir sobre o islamismo e a África, bem como as imagens consagradas pelo Tráfico Atlântico. A Conferência de Berlim também tem o seu lugar nestas páginas, pois sou defensor da ideia de que a partir de sua ocorrência nunca mais a África foi a mesma. E é exatamente este evento que marca o contexto para os dias atuais.

No terceiro capítulo farei uma breve discussão sobre a África de Tintim, suas representações e identidades. De fato, devo reconhecer que Hergé não foi muito feliz ao retratar a África nas páginas de Tintim. Mas, isso de julgar o passado não é papel do historiador, ainda mais quando sabemos que o contexto em que Tintim foi “produzido” era marcado por estereótipos que reservavam à África o lugar de atrasada, selvagem, incivilizada e primitiva, necessitando sempre do europeu (no caso, o belga) para lhes dar educação, saúde e civilização. Bem, obrigado por ter chegado até aqui. Espero que agora se divirta ao longo destas páginas, e escute, como eu, as broncas do meu orientador, as advertências de meus professores e os comentários (alguns nada elogiosos) de meus colegas de turma. Enfim, como um artista, vejo cair a lona, e agora me lanço ao palco.

POSSIBILIDADES DE ESTUDOS HISTÓRICOS A PARTIR DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Este capítulo pretende mostrar que é possível se fazer História usando Histórias em Quadrinhos, e que as mesmas podem atuar como reveladoras de contextos específicos. Para tal fim faz-se necessária a compreensão do conceito de representação, fundamental para discernir as imagens e textos existentes nas narrativas em questão. Levando em conta o poder e importância das histórias em quadrinhos, é ideal que as leiamos tendo noção do que se entende por representação:

(...) Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos. (...), O trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição (...) (CHARTIER, 1991, p. 12).

É fundamental também, mostrar a utilidade e um pouco da trajetória das Histórias em Quadrinhos. Além disso, também desejo mostrar as possibilidades existentes nas mesmas para entender a África, ou melhor, as representações desta. Sendo assim, é importante demarcar em qual momento histórico ampliaram-se as possibilidades de fontes e métodos. Tal questão, infelizmente creditada a terceira geração da Escola dos Annales, já estava presente na geração militante de historiadores africanos, a exemplo de Boubakar Barry, Cheik Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo e T. Obenga.¹ Nos seus trabalhos é possível observar que já nos anos 1950 as concepções de fonte e método estavam largas o suficiente para que a História pudesse incorporar outros estilos e compreensões. Este é o momento em que África ganha (para não dizer conquista) o direito à história. As emancipações de vários países, no que a historiografia denominou por descolonização, completam este momento marcante (e ao mesmo tempo tenso) da história.²

Este alargamento das concepções em torno das fontes e dos objetos (Não se esquecendo da devida transformação de outras ciências em fontes) promovidos pelos

¹ (BÂ, 1998; BARRY, 2000; OBENGA, 2010; KI-ZERBO, 2010; KI-ZERBO, 2010; DIOP, 2010).

² Sobre a descolonização, ver: PARADA; MEIHY; MATTOS, 2013; KAPUSCINSKI, 2002; SANTIAGO, 1977; BENOT, 1966.

historiadores africanos nos anos 1950 foi acompanhado pela terceira geração dos Annales nos anos 1970. Pode-se afirmar, desta forma, que a História deixou de ter o documento escrito como fonte exclusiva. O avanço das técnicas e metodologias propiciou também o estatuto de fonte válida para as Histórias em Quadrinhos, além, é claro, da certeza de que na África havia história e História, e que esta era exequível, a partir de um sem número de procedimentos, metodologias e técnicas (OBENGA, 2010).

Mas, a revolução epistemológica não ficou restrita ao alargamento das fontes e objetos. Os temas também sofreram radicais transformações e a História ‘tomou’ determinados temas que antes eram exclusivos da Antropologia, fazendo uso de seu repertório conceitual, trazendo para o campo de trabalho do historiador o uso dos mitos como fonte. O trabalho de Lima (2010) mostra um pouco desta íntima relação encetada pelo historiador, ávido no uso dos conceitos e métodos da antropologia, a serviço da História. Em outras palavras, a aproximação entre História e Antropologia tornou-se um fato, uma realidade (DOSSE, 1991).

A Antropologia propicia o acesso para diferentes categorias abstratas importantes para o historiador, a exemplo das leis e regras de comunidades endogâmicas, algumas das quais destituídas de escrita, mas repletas de mitos, práticas e costumes possíveis de serem etnografadas. Estas comunidades estão à margem da História? Muito pelo contrário. O estudo dos mitos e de categorias parecidas é pertinente, pois carregam consigo o valor e a maneira como foram construídos: “História, portanto, nunca é História, mas história para. Por isso Lévi Strauss afirma que: “Parcial no sentido de tendenciosa, ainda que afirme não ser, (...). A história leva a tudo (...)” (DOSSE, 1991, 178).

Sentimentos como o amor, ou códigos classificados por muitos de abstratos: como a “história da loucura”, por exemplo, passaram a ser amplamente estudados. A História ganhou um aspecto mais abrangente, passível do conhecimento de tudo, sem hierarquia de importância (DOSSE, 1991).

Uma história da África, construída por africanos e que pudesse falar do continente antes do contato com povos europeus “não era possível”, entre outros motivos, pela ausência de fontes e métodos que pudessem retratar a sua história de acordo com os parâmetros de fontes permitidos até certo momento histórico. Porém, uma série de avanços relacionados às perspectivas de fontes históricas, de maneira geral e também direcionada a História da África foi ganhando espaço:

As regras gerais da crítica Histórica, que fazem da história uma técnica do documento, e o espírito histórico, que pede o estudo da sociedade humana em sua caminhada através dos tempos, são aquisições fundamentais utilizáveis por todos os historiadores, em qualquer país. O esquecimento desse postulado manteve durante muito tempo os povos africanos fora do campo dos historiadores ocidentais, para quem a Europa era, em si mesma, toda história. Na realidade, o que estava subjacente e não se manifestava claramente, era a crença persistente na inexistência de uma História na África. (...) (OBENGA, 1970, p. 59).

Novas maneiras de se fazer História puderam ser construídas, fontes que puderam ser utilizadas de maneira peculiar para a história Africana. Dentre elas: “(...), observação e análise etno-sociológicas, tradição oral, linguística ou comparada, documentos escritos europeus, árabes, hindus e chineses, documentos econômicos ou demográficos (...)” (OBENGA, 1970, p. 59-60).

A possibilidade de fazer História com mais fontes exigiu, ao mesmo tempo, um grande esforço intelectual conexo ao avanço de historiadores (europeus) no sentido de desenvolver novas formas de acompanhar este processo. A partir deste quadro é possível relacionar, por exemplo, História em Quadrinhos e História da África. “A variedade das fontes da história africana permanece extraordinária. Dessa forma, devem-se buscar de forma sistemática novas relações intelectuais que estabeleçam relações imprevistas entre setores anteriormente distintos (...)” (OBENGA, 1970, p. 60). Pode-se afirmar, então, que o alargamento das fontes e objetos, legado pela geração militante à História como um todo, propiciou também a legitimidade para as Histórias em Quadrinhos como fonte válida.

O cruzamento de fontes e métodos deve ser aliado à observação e apropriação do estudioso, porque a História não deixa de ser de alguma forma a visão do homem sobre o mundo e o tempo, as passagens, as mudanças e também as permanências, como diria Braudel (1992). Os historiadores africanos então, conseguiram mudar o lugar de inferioridade que ocupava a história da África, revertendo à ideia da impossibilidade de poderem contar suas próprias histórias (OBENGA, 1970, p. 60-61).

Existem várias possibilidades de procedimentos para investigação da História da África, mesmo quando há limitação das fontes. As fontes escritas e as tradições orais, bem como a mitologia se constituem em instrumentos indispensáveis ao historiador

contemporâneo. A Arqueologia e os métodos paleo-botânicos podem revelar detalhes sobre a população e a agricultura de lugares da África no período neolítico (OBENGA, 1970, p. 63).³

Torna-se cada vez mais corriqueiro o uso de outras ciências e técnicas de investigação que venham se entrelaçar com a História. Estas ciências permitem maior poder de conhecimento por parte dos historiadores. A tradição oral era excluída, não fazia parte do processo de investigação histórica, mas desde o alargamento das fontes e métodos históricos, passou a ser fundamental para o conhecimento do passado africano (OBENGA, 1970, p. 72).

A prática da História na África torna-se um permanente diálogo interdisciplinar. Novos horizontes se esboçam graças a um esforço teórico inédito. A noção de fontes cruzadas exuma, por assim dizer, do subsolo da metodologia geral, uma nova maneira de escrever a história. A elaboração e articulação da História da África podem conseqüentemente, um papel exemplar e pioneiro na associação de outras disciplinas à investigação Histórica. (...) (OBENGA, 1970, p. 75).

Em outras palavras, iniciada pela chamada “geração militante”, e levada a termo pela Nova História, o processo de alargamento das fontes, métodos e objetos permitiu com que não apenas a África fosse vista como lugar de História, mas também estendeu às Histórias em Quadrinhos a condição de fontes válidas para o ofício do historiador.⁴ Dois movimentos simultâneos e concomitantes, que tornaram possíveis, por exemplo, a redação deste TCC, contendo as informações que aqui estão. A História tem história, e é esta que nos faz compreender os processos de renovação de Clio.

Histórias em Quadrinhos: Teorias e Debates, Origem e Continuidade.

São aceitáveis comparações e certas semelhanças dos quadrinhos com os elementos de comunicação usados pelo ser humano desde os primórdios da humanidade, quando, por exemplo, os homens daquele tempo desenhavam nas paredes das cavernas desenhos que indicavam passagens do seu cotidiano, como a caça e a sua localização. Tais elementos já podiam ser representados por imagens gráficas (VERGUEIRO, 2009, p. 8-9).

³ Entende-se por Arqueologia a área do conhecimento responsável pelo estudo do passado por meio de vestígios materiais. Através dela é possível identificar e analisar objetos de civilizações da antiguidade, proporcionando informações sobre sua cultura e o seu modo de vida. Paleobotânica é a área da ciência que estuda os organismos vegetais sob todas as formas conhecidas de fossilização ou de vestígios nas rochas, considerando a interação sinérgica dos organismos com os seus ambientes de vida, no curso do tempo geológico. São objetos de estudos da Paleobotânica fósseis do Reino Plantae, Monera (bactérias e cianobactérias), Fungi (fungos) e Protista (algas).

⁴ (REIS, 1999; 2004; 2008).

Em uma das muitas Histórias em Quadrinhos do Mickey Mouse, mais precisamente na edição de número 840 (na história denominada “A primeira HQ de todos os tempos”), aparece a afirmação de que as pinturas rupestres se constituem como formas precursoras das Histórias em Quadrinhos contemporâneas. Estabelecendo um cotejamento sobre a relação entre Histórias em Quadrinhos e comunicação, a história em questão mostra que as pinturas e desenhos feitos pela humanidade, de modo geral, desde as mais remotas eras, são derivados da vontade de se comunicar e transmitir conhecimento. Esta revista em quadrinhos, nesse sentido, pode ser tomada como excelente exemplo para mostrar que as Histórias em Quadrinhos estão muito além do ato de divertir e entreter.⁵

Porém, convencionou-se que o início das Histórias em Quadrinhos foi procedente das empresas jornalísticas norte-americanas, no final do século XX, com a finalidade de atender aos requisitos de comunicação de massa, e reunindo os mais sofisticados processos de produção gráfica da época (LUYTEN, 1985, p. 9 - 10).

Embora não tenha sido completamente inovador, pois outros artistas já haviam demonstrado técnicas parecidas, “Yellow Kid (Moleque Amarelo)” do autor: Richard Outcault foi considerado o primeiro quadrinho oficial, em 5 de maio de 1895, quando foi criado o primeiro personagem fixo semanal: “(...), um garoto de cabeça grande, orelhudo, de seis ou sete anos, com um camisolão sujo (...) (MOYA, 1986, p. 23):

Outcault, no entanto, não inventou a história em quadrinhos. Na verdade, ela já existia em estado latente e convergia para o ponto de partida pelo trabalho de vários autores que estavam mais ou menos no mesmo momento criativo. O mérito de Outcault está no fato de ter sido ele quem primeiro realizou essa síntese e introduziu o balão, que é, sem dúvida, o elemento que define a história em quadrinhos como tal. (...) (LUYTEN, 1985, p. 19).

E o personagem de Richard Outcault já havia provocado polêmica, pois grupos conservadores não estavam satisfeitos com o personagem, mostrando a relação tão estreita entre Histórias em Quadrinhos e realidade social. Os desenhos de Outcault passaram a ser contestados por não representarem a classe média americana da época descrita (MOYA, 1986, p. 23-24).

Não só a maneira como os Quadrinhos atingem as pessoas que leem as tiras é importante, mas é preciso que se leve em conta também que estas Histórias possuem fontes, e são constituídas de realidades complexas, desde o momento em que são concebidas, isto é, autores, editoras, desenhistas, roteiristas... E os mesmos vivem em um determinado contexto

⁵ Mickey, Editora Abril, Nº 840, 2012, p. 3 - 22.

histórico, têm visões próprias ou visões de grupo sobre a realidade, e as investigações dessas concepções podem revelar importantes informações que contribuem com o estudo da História daquele momento histórico:

Em todas as áreas temos, portanto, a possibilidade de encontrar os quadrinhos. O que importa, porém, é de onde vêm essas histórias e quem as escreve, pois elas são excelente veículo de mensagens ideológicas e de crítica social, explícita ou implicitamente. (...) (LUYTEN, 1985, p. 7).

Sendo assim, foi comum que durante a história da humanidade as pessoas sempre buscassem maneiras de expressar o que entendiam do mundo através de narrativas, e a partir delas, situações de trocas de conhecimento, formas de oposição e consentimento foram criadas. Podendo como efeito aparecer sistemas próprios de conhecimento:

Não é à toa que um dos primeiros sistemas de conhecimento criado pelo homem foi a Mitologia, da qual pertence um panteão de deuses e de narrativas fantásticas que justificaram ou justificam suas ações. O pressuposto dessa mitologia era apresentar realidades próximas da nossa, ensinando o homem sobre seu mundo e sobre ele mesmo, assim como o conto fantástico, fábula e toda sua descendência narrativa (...) (FEDEL, 2007, p. 25).

As Histórias em Quadrinhos desde a sua criação oficializada passaram por processos de profissionalização e popularização. Começaram a ganhar espaços próprios nos jornais e em dias específicos, até conseguirem atingir uma frequência diária, passando a existir em forma de séries para atrair ainda mais a curiosidade e expectativa dos leitores (LUYTEN, 1985, p. 19-20).

Para atender a uma demanda maior de produção, e ainda percebendo uma grande possibilidade financeira rentável, surgiram os “Syndicates”: organizações que eram agências distribuidoras dos quadrinhos. “Funcionam com desenhistas contratados para produzir séries de histórias, previamente aprovadas, que devem ser enviadas com grande antecedência para correções e padronizações” (LUYTEN, 1985, p. 23).

No princípio as tirinhas eram baseadas em propostas cômicas, mas passaram a ficar cada vez mais diversificadas. Os personagens foram “evoluindo”, ganhando complexidade, fazendo parte, inclusive, do processo de globalização, pois pessoas de várias partes do mundo tinham acesso aos quadrinhos (VERGUEIRO, 2009, p. 10).

Vários tipos de questões foram abordados, desde aspectos sociais, ou histórias ligadas à liberdade sexual, formas de protesto ou a favor de sistemas vigentes em todo o

mundo. As Histórias eram amarradas ao contexto histórico em que estavam vinculadas. Foi o exemplo de Histórias que faziam alusão ao patriotismo norte-americano contra o nazismo, ou de movimentos de contestação, a exemplo do “underground”, que contrapunha o sistema capitalista americano, “repressor” e envolvido em guerras:

Esse público de americanos, contra a guerra do Vietnã, a geração “Hair, de Aquarius”, dos hippies, da flor contra o canhão, dos Beatles, todos formavam um público consumidor de revistas que não passariam de cópias xérox nas suas áreas, em sucesso e fenômeno artístico e cultural, reflexo de uma era. Não da sociedade de consumo norte-americana, do “americanwaylife”, mas da contestação aberta aos costumes de uma época de crise. (...) (MOYA, 1986, p. 215).

Podemos analisar que a época em que uma História em Quadrinhos é criada, torna-se um grande indício para compreendermos a obra e atribuí-la a algum contexto histórico, entendendo quais padrões ou exceções existiam, e que interesses moviam determinada sociedade.

Então, não por acaso, os quadrinhos passaram por um momento de crise, tanto por questões relacionadas com o crescimento do consumo energético, de petróleo e, sobretudo da falta de papel (MOYA, 1986, p. 7), mas, a grande aversão aos Quadrinhos se deu por conta de possíveis influências negativas para as pessoas que acompanhavam as Histórias, especialmente as crianças, levando editoras e escritores a decadência. Contudo, as Histórias em Quadrinhos são obras vastas, que variam de estilo, posicionamento político e psicológico. Assim, classificá-las como impróprias, é uma forma generalizante de se posicionar contra algo que é diverso em sua própria constituição (VERGUEIRO, 2009, p. 13-14).

Em uma tendência oposta, um novo olhar a respeito dos meios de comunicação, que buscava uma melhor compreensão dos impulsos causados na sociedade, permitiu que os quadrinhos pudessem ser discutidos em sua especificidade, e ser capaz não só de divertir, mas também conduzir a variadas formas de conhecimento (VERGUEIRO, 2009, p. 17).

Por reunir texto e imagem, o entendimento de conceitos a partir das Histórias em Quadrinhos acaba sendo facilitado, influenciando também neste processo a grande diversidade temática das tirinhas, incentivando-se a leitura e imaginação, ao mesmo tempo consegue atingir um aspecto globalizador e acessível (VERGUEIRO, 2009, p. 21-22). Os desenhos combinados aos textos sugerem maior atração, potencializando o alcance das Histórias em Quadrinhos.

Estrutura dos Quadrinhos

Os quadrinhos são formados por dois códigos gráficos, a saber, imagem e linguagem escrita. A literatura e o desenho são grandes fontes de influências para os quadrinhos “(...)”, Esse caráter misto que deu início a uma nova forma de manifestação cultural, é o retrato fiel de nossa época, onde as fronteiras entre os meios artísticos se interligam.” (LUYTEN, 1985, p. 11-12).

Além da aproximação entre diferentes formas artísticas, a especificidade dos quadrinhos pode ser explicada pelos “balões” presentes nas “tirinhas”. Indicando a fala dos personagens, e indicando as mudanças de comportamento, emoção, acompanhando ativamente as imagens das Histórias (LUYTEN, 1985, p. 12). Não é à toa, portanto, que este veículo de comunicação foi usado por diferentes sociedades em épocas distintas. A poderosa máquina de guerra nazista, e os partidários de Mao Tsé Tung, durante o período da revolução cultural chinesa, se utilizaram das Histórias em Quadrinhos enquanto meios de difusão e propaganda de suas ideias. A meu ver, tais exemplos apenas asseveram o poder deste veículo, que dentre outras questões, também serve para entreter, divertir, ensinar e aprender. As Histórias em Quadrinhos estão longe, muito longe de serem apenas meios infantis, pueris, destituídas de sentido e inocentes.

No próximo capítulo, veremos então, prezado leitor, como estabelecer o confronto de imagens estereotipadas com a historiografia sobre o continente africano, pois, por mais que sejam complexas, as Histórias em Quadrinhos trazem consigo mensagens e textos que podem e devem ser objeto de análise, reflexão e questionamento, sobretudo quando trazem consigo as marcas de um tempo nada agradável para os povos do continente africano.

CONFRONTO ENTRE A HISTORIOGRAFIA DO CONTINENTE AFRICANO E OS SEUS ESTEREÓTIPOS MAIS DIFUNDIDOS.

Apresentaremos nesse capítulo uma visão historiográfica do Continente Africano, permitindo que na análise posterior das imagens estereotipadas de “Tintim na África” do terceiro capítulo, já tenhamos a noção de que historicamente não podemos menosprezar as diferentes histórias dos povos africanos.

São variadas e múltiplas as estereotípias forjadas sobre o continente africano, e isto não apenas nas Histórias em Quadrinhos. Por esse motivo, acredito que a melhor forma de combatê-las seja repousando os contra-argumentos numa base sólida, fixada pela própria historiografia do continente. Antes de tudo, necessito definir o conceito de estereotípias, tão utilizado neste trabalho. Utilizo-me da ideia de que a estereotípias é a seleção de um dos elementos existentes em um dado contexto, elegendo-o como único e homogêneo, em meio a outros que são silenciados. Logo, a estereotípias não é um dado inverídico, mas algo selecionado e eleito como único a ser apresentado para descrever dadas efetividades.

Por exemplo, as constantes imagens do continente africano assolado por guerras e fomes, marcado pela miséria e corrupção não pode ser tomado como mentira ou dados inverossímeis, mas apenas e tão somente a seleção de um dos muitos elementos existentes na África. Há fome? Guerras? Miséria? Sim, mas também há a felicidade, alegria, riqueza, opulência, crianças brincando, homens e mulheres se divertindo, vivendo, dentre outras imagens prosaicas e usuais, normalmente atribuídas ao ocidente. Conforme Silva (2008), nesse exato momento há crianças servindo como soldados nas diferentes guerras que estão acontecendo no continente africano, assim como também há outras que estão indo à escola. E não nos esqueçamos de estas provavelmente estarão indo felizes, ou tristes, sob a companhia dos seus pais ou tutores. Eis o maior problema das estereotípias: fazer-nos acreditar na possibilidade de que determinada imagem representa a totalidade de uma dada “realidade”.

Neste sentido, recorrendo aos conceitos de representação, não irei trabalhar com dicotomias apoiadas nas “mentiras” ou “verdades”. Conforme Lima (2013), o conteúdo contido nos quadrinhos, significa a visão de uma determinada pessoa ou um grupo sobre tais aspectos de uma dita “realidade”. Além disso, ressalte-se também que este mesmo conteúdo traz consigo os interesses em demonstrar esta “realidade” da maneira mais vantajosa possível. Eis os porquês das Histórias em Quadrinhos reunirem lugar privilegiado como fonte para os historiadores. Elas trazem o olhar e as marcas daqueles que as conceberam.

Assim, para que interesses eurocêntricos sobre o continente africano fossem bem aceitos, era necessário que uma maneira específica de se ver a África fosse desenhada, não que isto tenha sido fruto de ações planejadas, uma vez que o tempo constrói suas verdades em sintonia com seus contextos. Conclui-se que as representações do entendimento da realidade do outro é carregada de elementos da sua própria realidade: “(...), São tentativas de reconstruir, interpretar ou reinventar as realidades observadas diretamente ou descritas por terceiros, sempre a partir dos “filtros” culturais, políticos, metafísicos, e sociais carregados pelos observadores (...)” (OLIVA, 2007, p. 28).

As leituras culturais são elaboradas ao “diferente”, usando-se como parâmetros pressupostos e características suas, então tudo que não se assemelhasse aos modos e costumes “tradicionais”, poderia ser visto com um olhar negativo. Sendo o outro, o lado negativo, essa era uma forma dos europeus afirmarem os seus valores como corretos, e implantar paradigmas eurocêntricos (OLIVA, 2007, p. 23). Evidente que estes movimentos e atos são carregados de pressupostos etnocêntricos, possível de ser observado na forma jocosa, tosca e grosseira como o continente africano foi representado em diversas Histórias em Quadrinhos.⁶

É compreensível a presença de alguns preconceitos para com a História da África, observando-se pelo ponto de vista de que os africanos foram julgados, levando-se em conta critérios europeus estabelecidos (KI-ZERBO, 1972, p. 11).

A ideia que perdurou durante muito tempo, é a de que apenas o Egito contribuiu em termos de desenvolvimento para a história da humanidade, pois também existiu simultaneamente uma tentativa de afastá-lo do continente africano, e colocá-lo como pertencente à Ásia Ocidental. “Paralelamente à história intelectual própria do Ocidente, a evolução do continente africano entre os séculos XV e XIX não foi estranha ao “embranquecimento” que o Egito iria sofrer de maneira cada vez mais insidiosa (...)” (M’BOKOLO, 2009, p. 57).

Tal tentativa de “embranquecimento” do Egito reflete, portanto, a busca pelo seu afastamento do continente Africano, uma vez que uma civilização de tamanha importância histórica para a humanidade não poderia fazer parte da África, representada como lócus de miséria e desastres. Imagine-se, portanto, os motivos que levaram a elaboração de um excelente argumento “científico”, assentado na separação do continente africano em duas partes: África negra e África branca. Evidente que o Egito, Cush, Meroé, dentre outras tantas civilizações geniais estarão localizadas “na parte branca”, isoladas do contato com a “parte

⁶ Sobre o etnocentrismo, ver: Rocha (2009).

negra”. Infelizmente os títulos das obras de M’Bokolo (2009) e Ki-Zerbo (1972) trazem consigo estes equívocos.

Nos quadrinhos escritos e desenhados por Hergé a África sofre com a tentativa de banalização da sua cultura, vista como o lugar da barbárie, atrasado, incapaz de conseguir progressos sem interferências estrangeiras. Os europeus precisaram forjar uma África que fosse descrita de maneira que uma “interferência estrangeira” fosse necessária. Por esse motivo foram criadas categorias como: *primitivos*, *selvagens* e *tribais*. Elas foram empregadas em larga escala para servir como referência explicativa e de classificação para os africanos, e encontravam seus antônimos nas categorias aplicadas aos europeus – complexos, civilizados, e cosmopolitas -, “(...), Em um jogo de inversões maniqueísta e dicotômico. (...)” (OLIVA, 2003, p. 80).

A escravidão, o colonialismo, ou o imperialismo precisavam de algum tipo de justificativa, e ele se baseava na ideia de que na África não existia vida cultural. “(...), Seriam os africanos, por serem ‘vazios’ de cultura, beneficiados pela escravidão (...)” (OLIVA, 2003, p. 76).

É nítida a maneira como tentam retratar as culturas africanas nos vários veículos de comunicação. A palavra mais adequada é *ausência*, pois tudo o que é apresentado em relação às práticas estrangeiras aos africanos, acaba sendo bem aceito, e incorporado por eles, através de uma suposta teoria de que eles não tinham cultura ou quaisquer valores civilizacionais.

A história evidencia justamente o contrário, pois os africanos foram fundamentais para evolução das sociedades, num âmbito mundial. A historiografia sobre o continente africano, não deixa dúvidas quanto a isso:

(...) Quanto à contribuição dos Negros para o movimento da história universal, basta-nos citar as invenções técnicas africanas do Paleolítico, a importância do ouro e dos negociantes do Sudão no comércio euro – asiático da Idade Média, a participação do capital-trabalho negro no desenvolvimento da revolução industrial e o papel planetário desempenhado pelos Afro-Americanos na formação do sentido artístico desde há mais de meio século para cá. (...) (KI-ZERBO, 1972, p. 13-14).

“Dado o devido “desconto” para a afirmação acima, qual seja “quanto à contribuição dos negros para o movimento da história universal”, uma vez que as categorias “negro” e “branco” não se constituem nas principais referências identitárias para a África, os africanos contribuíram para a evolução das várias sociedades mundiais, inclusive como conhecemos hoje. Entretanto, o discurso sobre a falta de cultura aproveitou-se das controvérsias a respeito

das fontes históricas africanas. Ademais, atualmente a historiografia do Continente Africano elabora contra-argumentos sobre essa versão, de que a África não possui História (BARRY, 2000, p. 38).

Além da força das tradições orais existentes no continente africano, as diversas fontes muçulmanas são mananciais de estudos para vários contextos marcantes da História da África. Durante muito tempo tais fontes foram negligenciadas, mas os avanços possíveis de serem observados na História permitem a utilização não apenas da história documental, escrita, mas, de um sem número de outras fontes, propiciando um momento de muita importância para utilização da tradição oral em todo mundo. (BARRY, 2000, p. 14). Mediante tal afirmação, não é demais declarar que a legitimidade atual que a História Oral encontra, é tributária não apenas da geração militante dos historiadores africanos, mas também dos movimentos diversos surgidos após a Coleção História Geral da África.⁷

Neste sentido, deve-se declarar que o movimento de expansão islâmica trouxe sim diferentes contribuições para a História da África, mas isto não pode subsumir num apequenamento da história anterior aos árabes (COQUERY-VIDROVITCH, 2004). Sem contar com a importância de vários povos africanos para a concretização da expansão do Islamismo, e o surgimento das suas várias vertentes. Por mais forte que tenha sido o Islamismo, devido à complexidade e diversidade do continente africano, este sofreu muitas modificações e adaptações. Trata-se de uma das religiões mais importantes e com mais adeptos no mundo (FASI, 2010, p. 53-54), e, por conseguinte, é aquela que reúne maior número de almas no continente africano.

África e Islamismo

Além de a sua existência histórica atuar como desmistificadora de uma possível inferioridade em relação a contribuições culturais africanas, a presença do Islamismo na África foi um de vários fatores que fizeram parte de uma intensa relação entre diferentes regiões do continente. Pode-se afirmar que o Islamismo deixou, mas também herdou influências das dinâmicas culturais de diversos territórios africanos.

Do século VII ao XI diferentes povos e regiões da África encontravam-se de muitas formas interligadas. Então, é um engano acreditar que o continente africano iniciou um

⁷ KI-ZERBO (org), 2010; MOKHTAR (org), 2010; FASI; HRBEK (Orgs), 2010; NIANE, (org.), 2010; OGOT, B. A. (Org), 2010; AJAYI, J. F. Ade (Org), 2010; BOAHEN (Org), 2010; MAZRUI; WONDJI. (Orgs), 2010.

processo de comunicação entre si, a partir da influência muçulmana, ou com a chegada dos europeus e início do tráfico transatlântico. Em diversos contextos havia comunicação entre as diferentes sociedades africanas (BATHILY, 2010, p. 861).

A África apresentou nesse período um grande dinamismo e avanço nas trocas inter-regionais, como o aumento do volume de trocas, progresso dos meios de comunicação e expansão do comércio. Tais características afirmam o potencial de desenvolvimento do continente, tendo sua dinâmica interna papel de influência no Islamismo, e suas formas de adaptação. “(...) Estudiosos demonstram de forma pertinente como o contexto socioeconômico em que nasceu o Islã foi amplamente influenciado pelo desenvolvimento das trocas entre a Etiópia, o Mediterrâneo e o Oceano Índico (...)” (BATHILY, 2010, p. 861-862-863).

Podem ser destacados elementos peculiares da capacidade dos diferentes povos africanos em desenvolver maneiras viáveis de produção e desenvolvimento econômico das suas sociedades: O artesanato já havia se desenvolvido antes da chegada dos árabes; a difusão de técnicas era possível através das trocas comerciais, a exemplo da metalurgia e extração mineira, também o ferro de exploração autóctone. Na agricultura, plantas que foram espalhadas para fora de sua zona de origem confirmam o elevado progresso da comunicação africana (BATHILY, 2010, p. 872-873).

Os motivos dessa evolução, relacionados às técnicas comerciais, podem ser creditados ao crescimento demográfico, a maior mobilidade, e as trocas inter-regionais. Não se deve afirmar que tais acontecimentos são tributários exclusivos da chegada dos árabes no norte da África, pois, tais elementos já existiam nos séculos anteriores (BATHILY, 2010, p. 873-874).

O Islamismo também propiciou algumas particularidades na relação entre as diferentes regiões, e trouxe muitos benefícios econômicos. Portanto, vários povos aderiram à religião, que não foi incorporada apenas por meio da violência. A adoção dessa crença, em muitas sociedades, propiciou um sem número de transformações nas práticas e costumes:

Podemos resumir dizendo que o islã deveu sua expansão às novas transformações sociais, direta e indiretamente criadas pela expansão comercial e política do Império árabe, correlativamente aos mecanismos internos de evolução das sociedades africanas (...) (BATHILY, 2010, p. 875).

Das modificações econômicas surgiram grupos de negociantes islamizados, e setores ligados à religião tradicional, com características de sociedade rural, ocasionando a existência de setores satisfeitos e insatisfeitos naquele período, estabelecendo-se grupos sociais diferenciados. A multiplicidade de povos das diferentes regiões da África é uma característica visível para vários estudiosos da África. O continente africano já possuía, antes do início do tráfico transatlântico, uma particularidade própria de tensões:

(...), Conflitos que opuseram dois grupos da classe dirigente ganense: o primeiro, islamizado, estava aliado aos negociantes e o outro era fiel à religião tradicional e à sociedade rural. As dimensões internas teriam logo se agravado com a intensificação das contradições entre o conjunto do povo e a classe dirigente. (...) (BATHILY, 2010, p. 878).

Conclui-se, portanto, que não é possível negligenciar o progresso das culturas africanas antes da chegada dos colonizadores europeus, bem como da influência muçulmana. É inegável a contribuição de ambos para diversas alterações na África, porém essas transformações já vinham ocorrendo desde muito antes, e sendo assim, a dinâmica interna dos povos africanos foi um traço de grande importância na sua evolução social. Tampouco, não é pertinente resumir as dinâmicas internas africanas de uma só forma, devido a sua extensão e diversidade.

Em “Tintim na África”, além das estereotípias forjadas sobre o continente, geradas por uma visão europeia sobre como seria uma sociedade desenvolvida ou atrasada, em vários momentos pode ser notada, nas várias imagens e sequências dos quadrinhos, uma nítida inferioridade “africana”, que aparenta ter sido embasada em teorias raciais embasadas na antropologia física. Tal ciência ligava a cultura, organizações sociais e políticas, às características de um povo. E que com a própria evolução da ciência, a ideia de raça foi posta de lado, por não conseguir explicar diferentes fenômenos que se apresentava aos estudiosos (M'BOKOLO, 2009, p. 51-52).

As figuras estereotipadas presentes na História em Quadrinhos fazem uma alusão aos efeitos gerados pelas experiências envolvendo o tráfico de africanos escravizados, o colonialismo europeu, sua conseqüente crise, e a intenção destes países em tentar manter as nações africanas sob sua tutela. Os movimentos de independência dos países africanos buscavam justamente, maior autonomia política no momento histórico em que a História em Quadrinhos “Tintim na África” surgia no cenário.

Várias nações da África, por meio dos movimentos de independência, enfraqueceram as visões paternalistas que muitos europeus ainda pregavam sobre o continente. A Negritude e o Pan-Africanismo foram fundamentais no período das independências africanas, para que fosse mostrado ao mundo, o seu esforço de autossuficiência e valorização da sua própria cultura (BARRY, 2000, p. 20 - 21).

Não quero, com isso, afirmar que o continente africano não enfrentou ou vivenciou dificuldades, mas que apenas é mais um lugar no mundo que mesmo possuindo problemas, não pode ser limitado e relacionado apenas às determinadas imagens vinculadas ao atraso, selvageria, fome, guerras, caos e desordem. A África sequer pode ser descrita no singular, posto não existir neste continente nada que seja universal à todos os povos e sociedades.

O tráfico transatlântico e suas consequências para a imagem do Continente Africano

Um dos eventos históricos que transmitem concepções equivocadas sobre a África são as informações a respeito do tráfico transatlântico no continente. É necessária, para o estudo do continente africano, uma postura isenta de fanatismos e “paixões” em relação às implicações do tráfico transatlântico. Uma análise que não se restrinja a um foco unilateral, ou seja, que não tenha tendência de aumentar em demasia os seus efeitos prejudiciais, ou apenas considerar saldos positivos.

É básica a análise do contexto histórico em que o tráfico estava inserido, quais os interesses não apenas dos europeus envolvidos no comércio, mas também a participação dos africanos neste processo. Tendo claro o objetivo de mostrar o papel de destaque das próprias culturas africanas num processo em estas são conhecidas por sua passividade ao controle europeu. Conforme Lima (2012), o senso comum apresenta a imagem/ ideia de que os europeus (brancos) chegaram à África, tomaram os africanos (negros) como escravos e os levaram para o novo mundo (as Américas). Esta versão da história encontra-se subsumida à outras versões, existentes nos movimentos sociais, que colocam os africanos na condição de vítimas, sem nenhum controle sobre o ocorrido. Tal versão justifica os ressentimentos existentes em alguns trabalhos de historiadores que se apresentam como negros, e que não conseguem enxergar protagonismo nos povos africanos, mesmo quando se afirmam “militantes antirracistas” (FERRO, 2009). Mbembe, em excelente trabalho sobre as identidades existentes na África, afirma que é fundamental para os povos africanos a recusa

do lugar de vítima, e de que os holocaustos que se abateram sobre o continente é também parte das escolhas que fizeram sobre suas vidas (MBEMBE, 2001).

As relações com o continente africano influenciaram a Europa econômica e socialmente. A procura dos europeus não se destinava exclusivamente ao ouro existente na África, mas também era levado em conta o objetivo de se obter produções de larga escala, como o trigo, uvas e cana-de-açúcar. A África se comunicava em um sentido intercontinental e também com outros continentes de uma forma ativa (DEVISSE, 1998, p. 721-722).

Várias consequências puderam ser notadas nas dinâmicas das sociedades africanas por decorrência deste tráfico. Diferentes correntes explicam os seus efeitos para o continente Africano, e é possível, como contraponto um olhar mais relativista sobre estes saldos do tráfico transatlântico, amenizando tanto os efeitos nocivos, quanto positivos (M'BOKOLO, 2009, p. 394-395).

Assim como uma postura de classificação caótica a respeito do Continente Africano é generalizante, por outro lado teorias que supervalorizam a chegada de estrangeiros no continente são muito otimistas. Por isso, é importante entender as dicotomias sobre o continente, visando construir uma História da África mais pautada num olhar abrangente. Sobre os efeitos do tráfico, por exemplo, “minimalistas” e “maximalistas” defendem pontos de vista opostos sobre as decorrências do tráfico.⁸

Os “maximalistas” mostram os efeitos danosos causados pelo tráfico. Com destaque para as guerras, fome e atraso tecnológico. Estas causas teriam sido originadas pelo tráfico, e geraram consequências duradouras, praticamente irreversíveis para o continente:

(...). A constatação dos historiadores africanos e afro-americanos é implacável: o tráfico dos escravos é um fator que atrasou o desenvolvimento econômico da África ocidental (J. E. Inikori), assim como um agente da estagnação tecnológica e de distorção da economia africana (Walter Rodney). (...) (M'BOKOLO, 2009, p. 400).

Por outro lado, os denominados “minimalistas” não consideravam catastróficas as implicações do tráfico. As estruturas das sociedades pouco teriam se modificado, pois os traficantes não se adentravam no interior dos Estados africanos até então existentes. Apenas em longo prazo, efeitos negativos poderiam ser discutidos:

⁸ Na interpretação minimalista, (CURTIN; LOVEJOY; HOGENDORN apud LÉPINE), a perda de 10% da população do continente, em dois séculos, não poderia ter tido grandes repercussões sobre a evolução demográfica da África. Na interpretação da corrente maximalista, pelo contrário (INIKORI, DIOP: LÉPINE) sem o tráfico a população atual da África seria muito maior e sua repartição por regiões muito diferente (LÉPINE, p. 18).

(...). Outros historiadores preferem por isso abordar a questão servindo-se de um ângulo totalmente diferente. Ao mesmo tempo em que divergem a respeito da amplitude, da gravidade e do alcance a longo prazo do tráfico, nomeadamente no plano cultural e psicológico, têm em comum uma tese forte que consiste em considerar que o tráfico teve poucos efeitos no seu tempo sobre as economias africanas (...) (M'BOKOLO, 2009, p. 401).

Para estes estudiosos, no momento em que o tráfico era empreendido, até mesmo benefícios puderam ser extraídos pelos povos africanos. A produção da mandioca e a adoção de instituições econômicas que não existiam antes na África são exemplos utilizados para sustentar suas convicções sobre possíveis ganhos (M'BOKOLO, 2009, p. 398).

Elikia M' Bokolo é mais cauteloso quanto aos efeitos do tráfico na África, levando em conta as dificuldades de conclusões geradas por “maximalistas” e “minimalistas”, ele chama a atenção para a diversidade sociopolítica daquele continente. Pois as várias regiões e grupos sociais poderiam lidar de maneiras diferentes com o tráfico:

(...). A soma destas dificuldades mostra a necessidade de introduzir, mesmo à escala macroscópica, uma série de distinções, nomeadamente de ordem geográfica e social, para poder apreciar bem a natureza e a intensidade das interações entre as sociedades africanas e os tráficos escravagistas, assim como os efeitos possíveis destes tráficos. (...) (M'BOKOLO, 2009, p. 411).

Alguns grupos conseguiram tirar proveito da situação, a exemplo das novas elites que se apoiavam no tráfico para legitimar seu poder, ficando clara a importante participação dos africanos no comércio de escravos, salientando-se que eles não foram simplesmente dominados por um povo estrangeiro durante os tempos de escravização (M'BOKOLO, 2009, p. 408-409). Alguns Estados também obtiveram benefícios, a exemplo do Daomé, que tinha no comércio de escravos o seu principal suporte econômico (SILVA, 2004).

Entretanto, outros grupos enfrentaram consequências negativas. Soberanos que visavam não perder poder escravizavam seus próprios súditos. As mulheres ficavam sobrecarregadas de trabalho e ainda eram responsáveis pela criação das crianças, uma vez que os homens eram mais solicitados pelos traficantes (M'BOKOLO, 2009, p. 409).

Com o advento do tráfico transatlântico, em muitos estados africanos, uma elite política acabou dando lugar à outra, e isso fez com que antigos soberanos perdessem a sua influência, e os “homens novos”, a nova aristocracia que surgia, exercia o poder e um contato intenso com os europeus. E quando os antigos soberanos permaneciam no poder, isso não significava falta de interação com os “colonizadores”, pois muitos líderes africanos viam no

comércio com os europeus a obtenção de oportunidades diversas de poder político e econômico, já que a legitimidade baseada estritamente em costumes religiosos, políticos ou rituais tornavam-se frágil.

A situação da prostituição das mulheres na Costa do Ouro é um bom exemplo de que apesar de possíveis males causados para boa parte da população, outros setores puderam obter vantagens. A prostituição, por exemplo, poderia ser institucionalizada, e em uma aldeia havia pelo menos três prostitutas, com os rendimentos sendo resgatados pelo chefe da aldeia (M' BOKOLO, 2009, p. 410).

O exemplo dos portos de tráfico também pode fornecer dados sobre a dinâmica do comércio, em que entravam em acordo comercial líderes e comerciantes de diferentes nacionalidades. Destaco que esses portos não estavam distantes do controle de Governos das sociedades africanas, mas que muitos reis e comerciantes tinham grande participação na organização dos portos, e grande influência comercial. Tanto que, por iniciativa dos próprios “africanos”, poderia haver dois sistemas contábeis, um reservado para os africanos e outro para os estrangeiros (M' BOKOLO, 2009, p. 403).

Líderes de diferentes sociedades africanas destinavam medidas restritivas ao poder dos europeus, como uma área reservada para sua influência de poder, e estes eram obrigados a aceitar. Existiam também comunidades em que a aproximação entre europeus e africanos se efetuavam sob laços matrimoniais; crenças religiosas comuns; adequação de uma língua única e sistema de valor convergente. Isso mostra que a imposição de normas por parte dos europeus aos africanos era superada por diversas formas de acordos e relações entre estes (M' BOKOLO, 2009, p. 404).

Para os que consideram a relação entre África e Europa no início dos contatos comerciais como unilaterais, é pertinente frisar que a África também exportava produtos, portanto é visível que os africanos não estavam comercializando por imposição ou obrigação com os europeus (THORTON, 2015, p. 98-99).

A liberdade de comércio de muitos europeus ao chegarem ao continente africano era em parte permitida, porque tanto os Estados europeus quanto os africanos buscavam formas de diminuir os gastos com os contatos comerciais intercontinentais. Isto não apenas por incapacidade de controle territorial, pois, caso os Estados africanos quisessem inserir dificuldades aos europeus, suas trajetórias de “colonizadores” seriam em princípio desastrosas. Por isso, o comércio privado foi sempre muito recorrente, os Estados não

queriam assumir todos os custos das relações de comércio, e do lado europeu foram criadas Companhias paraestatais que melhor satisfariam os países:

(...). Em relação aos europeus do norte depois de 1600 o papel do Estado era exercido por companhias paraestatais licenciadas, como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, a English Royal Africa Company, ou a French Senegal Company que fizeram seus próprios ajustes com comerciantes privados. Com frequência, os dois tipos de comércio, que poderiam ser classificados toscamente de privado *versus* patrocinado pelo Estado, coexistiam ou se alternaram com desconforto, à medida que os dirigentes buscavam uma fórmula para maximizar as receitas e minimizar os esforços e custos. (...) (THORTON, 2015, p. 101).

E mesmo que os Estados Africanos permitissem até certo ponto o livre comércio, isso não significava liberdade total para os comerciantes estrangeiros, posto que muitos deles esbarravam em tributações e taxas para os seus produtos, e até mesmo presentes eram requisitados por muitos soberanos, tornando-se assim, uma espécie de mais um imposto, embora sob a forma de presentes. Os impostos poderiam ser cobrados de formas diferentes, a depender de qual Estado africano, entre tantos, estivesse realizando o comércio.

Em muitos casos era possível que os africanos levassem vantagens no comércio sobre os europeus, como é evidenciada numa situação no século XVII:

(...). A este respeito, Pacheco Pereira em sua pesquisa sobre o comércio de Portugal, no início do século XVII, reclamava com frequência que, em virtude de o comércio ao ser “bem administrado”, as condições comerciais para a venda de cavalos em troca de escravos pendiam em favor dos africanos. É evidente que isso significava que enquanto a Coroa controlasse os estoques e a oferta de preços para os africanos, estes teriam de aceitar esse preço, cujo valor máximo seria atribuído pelo preço mais elevado do comércio transaariano de cavalos ou outras fontes de suprimento. (...) (THORTON, 2015, p. 104).

É ainda marcante a situação em que agentes, em princípio portugueses, comerciantes do Governo se aliavam à comerciantes ou autoridades africanas, intencionando benefícios próprios, diminuindo assim, o controle estatal. Muitos Governantes estavam dispostos a negociar suas concessões privadas, isso permitia a possibilidade de muitos comerciantes conseguirem uma ascensão econômica e social maior do que fosse possível com o seu país de origem. Não era incomum que eles comessem a trabalhar prestando serviços aos Estados africanos (THORTON, 2015, p. 107-108).

Tem-se notícia, por exemplo, de que no ano de 1520 existiram colonizadores independentes, e ao final do século XVI muitos ocuparam cargos relevantes em estados da Senegâmbia, ao passo que outros casaram com mulheres locais na região dos rios da Guiné, e assim puderam constituir seus próprios núcleos de povoamento. “(...) Colonizadores portugueses de São Tomé se tornaram uma comunidade favorecida no Congo e desfrutavam do favor real. (...)” Uma investigação fornecida pela Inquisição em Luanda em 1596-7 revela uma número alto de povoadamentos de cristãos-novos que ocupavam postos administrativos no Congo. Eles eram considerados desertores pela Coroa Portuguesa (THORTON, 2015, p. 109).

A situação era tão grave para a Coroa de Portugal, que eles estabeleceram uma Colônia em Angola com a intenção de promover a diplomacia entre os Estados, portanto as alianças locais eram buscadas com os africanos, tanto oficialmente, como de maneira clandestina por comerciantes desertores. Pois ambos não conseguiam controlar de maneira sólida o comércio na África (THORTON, 2015, p. 110).

Nos primeiros séculos da colonização no continente africano, nem Portugal, ou qualquer país europeu, conseguiu um monopólio que na prática lhes garantisse plena exclusividade. Nos relatórios das companhias exploradoras, encontravam-se reclamações sobre a resistência dos africanos a firmarem tratados comerciais, e também da presença dos seus países rivais no comércio em várias regiões da África (THORTON, 2015, p. 113).

Era necessário para os europeus dispostos a negociarem com os africanos, além de estabelecer acordos com os líderes locais, também enfrentar uma série de restrições que dificultavam seus proveitos em território africano:

(...). Em Aladá, o potencial comprador de escravos e tecido tinha de oferecer uma complexa série de presentes para dançarinos, vendedores de comida, intérpretes, agentes, nobres, e até mesmo para o rei, tanto na chegada, quanto na partida. O guia mostra que esse sistema não era exclusivo de Aladá ao descrever diversos costumes em Benim, Calabar, no delta do Níger e na região do Gabão. Apesar de poucos serem tão complicados como os de Aladá, todos envolviam presentes para governantes ou conselheiros, cujos montantes variavam em relação ao status ou posição. (...) (THORTON, 2015, p. 115).

Além de mostrar a complexidade das relações que envolviam os presentes por parte dos europeus aos africanos, o texto acima mostra que até mesmo a fragmentação do território africano foi prejudicial aos europeus em certo momento. Pois assim, as exigências dos chefes locais poderiam variar de uma região para outra, dificultando mais ainda os ganhos dos comerciantes europeus.

Existe um mito (no sentido coloquial) por parte do senso comum da época (séculos XVI ao XIX) de que para ficar rico seria suficiente ir para a África. Mas, muitos historiadores mostraram a falta de coerência presente nessa ideia. Pois embora, realmente, a África fosse um continente fragmentado, no sentido de várias divisões territoriais (o que muitos dizem ter facilitado a colonização), ainda assim não foi bem sucedida à tentativa de soberania dos países europeus no continente africano em vários aspectos. Foi preciso o desenrolar de séculos para que houvesse avanços em termos de vantagens para os europeus.

Essas informações fornecem subsídios importantes sobre a presença europeia na África, buscando acordos e alianças com as autoridades e os comerciantes locais, e que apenas de modo gradativo conseguiu alcançar seus objetivos de exploração, mas que só foram possíveis, porque em vários momentos houve a condescendência de autoridades e comerciantes africanos.

Para endossar a participação africana no tráfico é interessante lembrar que não só a partir dos europeus, a escravização era praticada. Ainda que, em menor número proporcional ao tráfico europeu, a escravidão não era algo novo no continente africano. Fome e catástrofes naturais causavam condições degradantes que resultavam em escravidão. As guerras entre diferentes povos na África também poderiam gerar os mesmos resultados (M' BOKOLO, 2009, p. 399). Sem contar a escravidão por motivos políticos. Acrescente-se a isso o tráfico árabe da costa oriental, que durou por exatos oito séculos, e que foi responsável por levar homens e mulheres do continente africano para diferentes regiões da Ásia, a exemplo da Índia, China e Arábia.

A escravidão na África aumentou desde o início do tráfico atlântico, mas isso não significa que apenas este foi motivador deste acréscimo, pois a escravidão já existia na África, inclusive de modo legal. Tal fator foi um auxílio para que as elites políticas e econômicas da África pudessem executar a venda de escravos, até mesmo como exportação (THORTON, 2015, p. 127).

Os escravos nas sociedades africanas podiam ser considerados como uma das principais formas de propriedade privada lucrativa, enquanto na Europa, as terras que ocupavam essa posição. Na África as terras eram dificilmente reconhecidas como privadas, pois pertenciam aos Estados. Este fator valorizava ainda mais a prática da escravidão em territórios africanos. Os africanos adquiriam produtos através da terra, mas diferente de determinadas regiões da Europa ocidental, o que existiam eram propriedades comunitárias.

Os escravos eram importantíssimos para o desenvolvimento do comércio privado, portanto, eles estavam ligados à trajetória de riqueza e prosperidade para quem os tivesse. O formato da escravidão na África era diferente do europeu, pois os escravos, em muitos casos, participavam da administração ou exército de cidades e Estados, com a possibilidade de conseguirem riqueza e poder:

(...). Pode-se, portanto, concluir que o comércio atlântico de escravos e a participação da África tinham sólidas origens nas sociedades e sistemas legais africanos. A instituição da escravatura era disseminada na África e aceita em todas as regiões exportadoras, e a captura, a compra, o transporte e a venda de escravos eram circunstâncias normais na sociedade africana. A organização social preexistente foi, assim, muito mais responsável do que qualquer força externa para o desenvolvimento do comércio atlântico de escravos. (...) (THORTON, 2015, p. 152).

Alguns historiadores apontam que, ao menos de forma indireta, os europeus teriam coagido os africanos no processo de escravidão, incentivando guerras (de onde se obteriam escravos), por exemplo, e muitas dessas guerras realmente foram empreendidas. Contudo, o que se questiona é a suposta “coerção” da Europa, pois sua aproximação e fornecimento de tecnologia militar poderiam vir acompanhados de uma intenção de maiores prerrogativas no comércio com os africanos. Portanto, trata-se de uma relação bilateral, e não coerção de um continente para o outro. Além do mais, a finalidade da escravidão em muitos casos poderia ser voltada ao comércio interno, para o trabalho doméstico; a expansão ou centralização dos Estados africanos, entre outros exemplos (THORTON, 2015, p. 155).

As estruturas institucionalizadas dos Estados africanos favoreceram o comércio com a Europa, e ainda que muitos anos depois os dirigentes africanos tenham perdido o controle do processo, a estrutura legal africana e a participação das suas elites no tráfico foi um grande fator para o comércio transatlântico com os europeus.

Portanto, podemos considerar que as decorrências do tráfico foram amplas, e podem ser mais bem explicadas, especificando-se para quais grupos sociais ou sociedades estamos nos referindo. Com esta reflexão em prática, estereótipos existentes em obras como “Tintim na África”, podem ser mais facilmente identificadas. Mais importante do que destacar os efeitos positivos ou negativos, é relatar que os africanos foram parceiros dos europeus durante grande parte da trajetória do Tráfico. E isto não deve ser visto como juízo de valor, de que o tráfico foi bom ou ruim para o continente africano, mas de que ele ocorreu sob a anuência de povos, e que os africanos foram coparticipes, ou, em outras palavras, protagonistas de sua

própria história. A seguir, veremos outra parte desta história: o colonialismo pós Conferência de Berlim.

A Conferência de Berlim e suas implicações na imagem do continente africano

Não só o processo do tráfico de escravos desencadeou várias visões deturpadas sobre a África, determinando como o continente teria sido exposto ao longo da História. Um excelente exemplo é a Conferência de Berlim (1884-1885), acordo pelo qual as grandes potências quiseram regulamentar as suas ocupações no continente africano, e assim, poderem viabilizar seu projeto de exploração (HERNANDEZ, 2005, p. 62).

Contudo, é uma ilusão pensar este acontecimento como ele ficou mundialmente conhecido: “Partilha da África”. Desta forma, o protagonismo europeu estará sendo sobreposto ao modo passivo que os africanos teriam acolhido tal projeto (HERNANDEZ, 2005, p. 45).

Sendo assim “roedura” é um termo mais adequado, pois foi um processo que se iniciou em regiões próximas ao litoral, com as feitorias, seus exploradores, e o trabalho de missionários (HERNANDEZ, 2005, p. 53) que gradativamente foram se adentrando nas regiões do continente. O desmantelamento de suas fronteiras prejudicou práticas e costumes socioculturais, pois os fatores citados não foram levados em conta na definição das fronteiras, dando lugar a interesses políticos das grandes potências europeias da época. Mas, se não fosse à participação e condescendência de membros das diferentes elites africanas, ou diversas pessoas que procuravam obter vantagens daquela conjuntura, os efeitos da “roedura” poderia ter deixado menos sequelas (HERNANDEZ, 2005, p. 50). Destarte as visões acima expostas, observe-se também o fato de que a compreensão da gradativa ocupação, sob o conceito de roedura, revela que a história não é resultado de movimentos ocorridos em espaços de tempo pequenos. Ki-Zerbo, ao propor o conceito de Roedura para a ocupação colonial da África por parte dos potentados europeus, revela também a influência e filiação teórica de seu orientador no doutoramento, Braudel, e as perspectivas da longa duração existentes neste.

Analisando nessa perspectiva, a responsabilidade das mazelas enfrentadas pelo processo de fragmentação do território também podem ser incumbidas à uma parcela dos próprios africanos, sobretudo, àqueles que participaram de alguma forma da “roedura”, conseguindo regalias em parceria com os estrangeiros:

(...). Em 1875, Stanley deu a volta no lago Vitória confirmando o encontro da nascente do Nilo. Verificou que o lago Tanganica não tinha saída para o norte e, lançando-se para o Lualaba, acabou chegando ao Atlântico, concluindo que o rio navegado era Congo. A ele foram confiados a exploração, o estabelecimento de postos e a assinatura de tratados com chefes locais na região do Congo em nome do rei Leopoldo II, da Bélgica. (...) (HERNANDEZ, 2005, p. 57).

Assim como tivemos exemplos de africanos que foram condescendentes com as invasões estrangeiras, houve muitos casos de recusa da proposta de divisão existente na Conferência de Berlim, e outros acordos que buscavam uma base jurídica que justificasse as explorações direcionadas ao continente africano.

É importante que não consideremos apenas os objetivos e propostas de países como Bélgica, Alemanha, França e Portugal, mas entender como os diferentes povos africanos interpretaram e reagiram àquela presença estrangeira. Não aceitaram passivamente as divisões territoriais que não respeitavam suas culturas, desencadeando conflitos diversos. Tampouco aceitaram de forma passiva a imposição de uma absoluta fé cristã:

(...). Para compreender o impacto do processo de cristianização é necessário incorporar à análise a reação africana, configurada tanto pela evidente desobediência às condenações dos missionários e à fidelidade aos seus ritos de forma aberta ou clandestina como pelo sincretismo, integrando elementos de crenças tradicionais à nova fé. (...) (HERNANDEZ, 2005, p. 54).

A ideia fixa e estereotipada de missionários católicos ensinando as doutrinas cristãs a crianças africanas (fato, inclusive, presente na obra “Tintim na África”) não fazem parte da postura que os povos africanos tiveram em relação às catequizações.

Essa e outras imagens consagradas sobre o continente africano fazem parte de um imaginário coletivo tão repetitivo, embasado em informações equivocadas ou tendenciosas, que não apenas as revistas em quadrinhos acabaram por reproduzir tais estereótipos. Estas também se encontravam em outros veículos de comunicação.

Tendo em vista características da História da África a partir do estudo de muitos historiadores, inclusive africanos, e os fatores que geraram muitas formas de equívocos em relação ao continente, já é possível entender grande parte dos motivos de tantos estereótipos. Vejamos agora, portanto, as influências do contexto em que Tintim na África foi produzido.

Influência das construções históricas para revista: “Tintim na África” e o contexto histórico através destes quadrinhos

Na revista Tintim na África, escrita e desenhada por Georges Rémi Hergé, o personagem Tintim, acompanhado do seu cachorro Milu, visitam um lugar da África, sem que este tenha um nome específico, demarcado. O original da revista, publicado na Europa, tem como título “Tintim no Congo”, mostrando que a viagem não foi para um lugar chamado África. No Brasil, entretanto, a revista saiu sob o título citado, indicando que a indistinção do continente africano não trazia problemas de ordem comercial.

Nesta obra é possível perceber, através da leitura dos textos e das imagens existentes nos quadrinhos, a presença dos vários estereótipos da visão europeia sobre a África, surgidos, sobretudo, a partir do processo de colonização, e que não deixaram de existir, mesmo com o aumento de autonomia dos povos africanos, e suas estratégias de soberania (BARRY, 2000, p. 20).

Uma leitura despreziosa de uma história em quadrinhos pode levar os seus leitores a uma forma de assimilação sutil do seu conteúdo. Dessa forma, preconceitos, ideologias e modelos de costumes podem ser introduzidos, disfarçados de simples histórias para divertimento, enquanto possivelmente elas possuem a capacidade de moldar ou influenciar práticas culturais.

O personagem Tintim é um herói que não tem superpoderes. Ele usa da sua inteligência e perspicácia para resolução dos imbróglios que se apresentam. Esses problemas aparecem durante sua visita como repórter. Sua missão jornalística é interrompida por conta de um passageiro clandestino que estava no mesmo navio que o transportou ao seu destino, e ainda lhe gerou problemas em toda sua estadia (VIANA, 2011).

São marcantes as impressões e ponderações extraídas da leitura desta história em Quadrinhos. A África vista como uma grande selva, submissa, a maneira como os africanos são dependentes do inteligente líder europeu e o respectivo paternalismo estrangeiro, entrelaçam-se à modernidade e uso das tecnologias europeias, tão importantes e necessárias para amenizar a limitação e atraso existentes na África. Os estrangeiros, então, conduziram o continente africano ao progresso.

Nota-se que todos os africanos que aparecem nas tirinhas, mantêm o mesmo padrão de tratamento dado a Tintim, como se ele fosse seu senhor, chefe, ou figura que exerça qualquer tipo de liderança.

A aventura de Tintim é marcada do início ao final por um conflito entre ele e um passageiro clandestino, que chega ao mesmo navio em que Tintim viaja para a “África”. A disputa entre os dois quase sempre envolve, não à toa, africanos ao seu redor. Colocados sempre na condição de coadjuvantes. De maneira que o viajante clandestino, que corresponde ao vilão da história, tenta ludibriar os africanos, para que sintam raiva de Tintim, ou o ajudem a maltratar o mesmo. Ou seja, a disputa entre os dois personagens acontece em meio ao pano de fundo, o continente africano, e os seus habitantes “negros”.

Já que o contexto histórico, mais uma vez, remete a uma grande alusão ao colonialismo, a rivalidade entre Tintim e o viajante clandestino merece uma analogia sobre as disputas dos países europeus pelo controle dos vários territórios africanos (Conferência de Berlim; Tráfico; Colonização). Tintim representaria, então, o melhor país líder, com características paternalistas, enquanto o viajante clandestino seria o país explorador, apenas interessado nas riquezas africanas. Leiam-se as mensagens subliminares presentes na obra: a Bélgica é a potência digna de confiança.

Desta forma, através de vários clichês sobre o que é a África, o quadrinho mostra o continente como um lugar atrasado, sem história, onde as pessoas estão prontas para assimilar qualquer tipo de cultura e interesse estrangeiro. Se por um lado a África representa a barbárie, e costumes praticamente oriundos da pré-história, Tintim significa o novo, a modernidade que trará o progresso aos “negros”, definindo quais são os melhores padrões a serem seguidos.

Visões da África a partir de outros meios de comunicação

Não é uma exceção a maneira estereotipada que o continente africano é tratado nas Histórias em Quadrinhos: a falta de informação, ou interesses econômicos e políticos podem influenciar em vários veículos de informação a maneira como se define o continente. Essa situação acaba sendo prejudicial ao conhecimento, pois muitas pessoas têm pouco acesso à informação através de leitura de livros, por exemplo.

Através do cinema, jornais, ou revistas em quadrinhos, a África é representada como sendo uma grande selva, onde povos “primitivos” habitam aquele lugar. E agravando mais ainda tal quadro, a guerra é algo constante no continente, e os golpes de Estado juntamente com a fome e as doenças são exaustivamente apontados quando se trata da África. Não que neste continente não existam esses tipos de mazelas, mas a grande questão está no não aparecimento de referências positivas quando o tema é a África (LIMA, 2012).

Os jornais, por estarem ligados a um tipo de compromisso com a informação, e estarem vinculados a vários acordos de ética, são interpretados por muitas pessoas como portadores da “verdade”, porém quando se trata da África, as catástrofes e doenças como a “AIDS” são sinônimos da situação vivida pelo continente. Estas visões, ou pelo menos a maneira e frequência com que são divulgadas resultam de construções, marcadas por contextos históricos, “(...) A África era sinônimo de desordem, fome, AIDS, miséria, guerras, e acredito que ainda hoje esta é a imagem predominante (...)” (LIMA, 2012).

Essas representações são carregadas de influências, entretanto não é possível defini-las de maneira generalizada, mas a depender de qual pessoa ou grupo está por trás de cada meio de comunicação, de cada informação, há os interesses que estas visam atender.

Já foram expostos neste trabalho os vários clichês e representações que envolvem o continente africano. Mas, a pergunta de como combater tais procedimentos equivocados acaba se tornando inevitável. Combater ideias de senso comum com outras noções de igual juízo não é a resposta mais adequada, creio eu. Por isso a referência aos estudiosos, sobretudo os historiadores foi fundamental para a feitura destas linhas:

(...). Quantas e quais são as possibilidades de descrever o continente africano a partir do senso comum existente na população brasileira? Quais são as imagens recorrentes e o que significam mediante o confronto com a África descrita e explicada pelos estudiosos, notadamente os Historiadores (...) (LIMA, 2012).

Problematizando assim algumas estereotípias sobre o continente africano, procurei evidenciar outras formas de enxergá-lo, utilizando da historiografia para confrontar os mecanismos de repercussões unilaterais desastrosas sobre a África.

Seja através do cinema, ou das revistas em quadrinhos, os boatos de calamidades se espalham com facilidade; eles entram em contraste com um estudo mais aprofundado das contribuições e importância da história da África para o mundo. Os exemplos da “partilha” da África, oriunda da Conferência de Berlim, na qual o termo “partilha” é substituído por “roedura”, para dar uma melhor compreensão do processo histórico pautado pelo protagonismo dos diversos povos africanos, que aos seus modos agiram e reagiram às formas de controle que a África poderia ser submetida, contribui para a desconstrução destas imagens estereotipadas. Ressalte-se que afirmar o fato de que muitos africanos contribuíram para própria deterioração das estruturas sociais do continente, em relação inclusive ao tráfico transatlântico, por meio da qual muitos africanos legitimaram uma posição social elevada e

confortável também não deve ser objeto de recusas. A participação dos africanos na estruturação do tráfico atlântico não retira, em nada, a violência existente no mesmo (HERNANDEZ, 2005, p. 54; M'BOKOLO, 2009, p. 408-409).

A presença do Islamismo no Continente Africano é mais um fator que demonstra a pluralidade religiosa, que não se restringe a crenças em ancestrais, em meio a rituais de magia, como é “vulgarmente” generalizado as representações religiosas sobre a África (FASI, 2010, p. 53-54).

Além de a diversidade ser uma grande característica do continente africano, os movimentos de resistência apresentam significativas fontes de debate contra as teorias de que os africanos são subservientes e passivos. Os movimentos de independência e de valorização servem como bons parâmetros quanto a isso (BARRY, 2000, p. 20).

O objetivo de desconstrução de estereótipos acerca da África também foi explorado nestas linhas. A partir dos conhecimentos baseados numa sólida historiografia, feita inclusive por Historiadores africanos. De tal modo, um debate teórico terá a “missão” de confrontar as fantasias que rondam em torno das imagens representadas do continente.

Para analisar o objeto de estudo, que é representação da África a partir da Revista em Quadrinhos “Tintim na África”, foi fundamental uma análise mais profunda da história do continente africano, para assim compreendermos sobre quais são as imagens mais reconhecidas, baseadas em fundamentos do senso comum.

A ÁFRICA DE “TINTIM”: DISCUSSÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE A PARTIR DOS QUADRINHOS

Agora será suscitada uma discussão efetiva dos quadrinhos e a análise das representações encontradas em “Tintim na África”. Não que antes não o tenha feito. Mas agora, de forma particular, irei me ater à análise das imagens existentes nesta história em quadrinhos. Para tanto, será necessário discutir as identidades, que se originam de representações.

As representações são efetivadas à custa de determinados sujeitos, para direcionar, ou justificar escolhas e condutas. A construção da própria identidade e dos “outros” são provenientes das representações. Representações que comandam atos e forjam identidades (CHARTIER, 1991).

Levando em conta as grandes discussões que envolvem as questões raciais, no que tange as representações das quais os negros no Brasil são alvos, e por se tratar do tema da África, envolto em várias problemáticas, a análise de identidades também deve ser problematizada.

Percebe-se que nas imagens e ideias dos quadrinhos estão presentes questões de identidade, e por isso, conseqüentemente intrincados com a crença na existência de raças humanas. Investigaremos como a questão da identidade é colocada no período em que a História em Quadrinhos “Tintim na África” foi escrita, e o que a influenciava além dos fatores já citados nos capítulos anteriores. O que motiva tal busca é sabermos que a identidade “é definida historicamente, e não biologicamente (...)” (HALL, 2011, p. 12-13). Para o Brasil tal questão é primordial, sobretudo quando nos deparamos com os conceitos baseados na ideia de origem, que aponta de modo invariável, a relação de descendência dos negros para com os o continente africano. Por isso o uso incansável dos adjetivos pátrios de afro-brasileiro e afrodescendente (LIMA, 2011).

Tanto a ideia de raça humana, quanto de nacionalidade procura uma tendência de diferenciação de um determinado povo para os demais. Porém, essas diferenças são culturalmente construídas, e mesmo assim, aceitas em vários momentos de maneira quase automática:

(...). Mas, a razão disso não tem que ser buscada muito longe, ela reside na dupla ligação, feita nos séculos XVIII e XIX no pensamento euro-americano, entre, de um lado a raça e a nacionalidade, e de outro, a

nacionalidade e a literatura. Em suma, a nação é o intermediário fundamental para compreender as relações entre o conceito de *raça* e a ideia de literatura (...) (APPIAH, 1997, p. 112).

Isso significa que fatores que envolvem disputas de poder, tanto por via social; econômica; ou política, vão ter um papel muito importante na definição imaginária das nacionalidades: “(...) Os “efeitos de fronteira” não são “gratuitos”, mas construídos; conseqüentemente, as posições políticas não são fixas, não se repetem de uma situação histórica a outra, nem de um teatro de antagonismos a outro, “sempre em seu lugar”, em uma infinita interação (...)” (HALL, 2003, p. 98).

As identidades são construídas de modo representativo, ou seja, uma identidade não significa um fato, condição fixa, mas algo que vai sendo transformado em forma de símbolos. Assim a padronização de uma língua vernácula, as formas de comunicação e de educação são frutos de um discurso (HALL, 2011, p. 50).

Ao refletirmos sobre os termos de *raça* e nacionalidade, chegamos à conclusão que o jogo de poder não deixa escapar nada, ou quase nada do que vivenciamos socialmente. Fazem parte desta produção de representação um processo que muitos chamam de “mitos fundadores”. Através deles é construída uma falsa ideia de origem para diferentes povos e suas supostas “raças”. E funcionam como articulações que sempre se atualizam visando favorecer uma determinada região ou categoria social. No decorrer da história não só África, como veremos adiante, participou deste “jogo de construções” fantasiosas. Outros povos também são bons exemplos:

(...). É justamente essa concepção exclusiva de pátria que levou os sérvios a se recusarem a compartilhar seu território – como têm feito há séculos – com seus vizinhos muçulmanos na Bósnia e justificou a limpeza étnica em Kosovo. É uma versão dessa concepção da diáspora judia e de seu anunciado “retorno” a Israel que constitui a origem da disputa com seus vizinhos do Oriente Médio, pela qual o povo palestino tem pago um preço tão alto, paradoxalmente, com sua expulsão de uma terra que, afinal, também é sua. (...) (HALL, 2003, p. 30).

Para se chegar ao ponto social onde nos encontramos atualmente no mundo, refiro-me as suas diversas subdivisões culturais, que aconteceram em meio a diversos processos violentos, imposições e negociações, além das comuns miscigenações. Nenhuma cultura que conhecemos ficou isenta de tais processos. Não existe cultura dotada de pureza. E mesmo assim, seja através do senso comum, ou por meio de alguns estudiosos, ainda se insiste na ideia de algum tipo de pureza cultural ou étnica.

O exemplo da formação britânica pode envolver aspectos comuns na explicação da origem de vários outros povos, e contribui para entendermos o quanto são frágeis os conceitos biológicos ou de tradições territoriais no mundo:

(...). A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. O povo “britânico” é constituído por uma série desse tipo de conquistas – céltica, romana, saxônica, viking e normanda. (...). Assim, a cultura “britânica” não consiste de uma parcela igual entre as culturas componentes do Reino Unido, mas da hegemonia efetiva da cultura “inglesa”, localizada no sul, que se representa a si própria como a cultura britânica essencial, por cima das culturas galesas e irlandesas e, na verdade, por cima de outras culturas regionais (...) (HALL, 2011, p. 60-61).

Podemos perceber que faz parte da história da humanidade as várias separações e uniões baseadas em estratégias culturais. Mas, que as mesmas se baseiam em falsos pressupostos, como a categoria de nação, por exemplo. Veremos agora como na África essas questões de tradições representadas foram importantes na imagem que o mundo tem deste continente, agora sob a perspectiva de “raça” e das consequências que envolveram tal pensamento.

Durante a história da ciência no mundo os cientistas baseavam suas investigações em teorias populares, então a partir delas iriam traçar os rumos de desenvolvimento das suas pesquisas. Naturalmente a cor, por exemplo, teria uma importância muito grande na definição das substâncias, sendo, por conseguinte, a parte visível das coisas, de certa forma supervalorizada, já que é a mais perceptível. Porém, ao passo que a ciência se desenvolvia, os critérios iam ficando cada vez mais exigentes e complexos, e foi-se percebendo que as cores pouco importavam para comportamento da matéria (APPIAH, 1997, p. 66).

Porém, as ciências raciais do século XIX partiam de pressupostos que consideravam a cor um aspecto importante da “raça humana”, portanto, capaz de definir desde as características mais complexas de uma pessoa até as mais básicas:

(...) Do mesmo modo, a ciência racial do século XIX buscava numa essência racial hereditária uma explicação para o que seus proponentes consideravam como fenômenos observáveis dos traços psicológicos e sociais. O que a genética moderna mostra é que não existe essa essência racial subjacente (...) (APPIAH, 1997, p. 67).

Afirmava-se também que as pessoas seriam da mesma “raça” por terem uma herança regional comum. Acreditava-se assim que descenderiam de pessoas dessa região, e suas características físicas e culturais seguiriam um mesmo padrão. Vemos mais uma vez um entrelaçamento entre o elemento de pertencimento nacional e a concepção de raça. Mas, já observamos que a categoria de nacionalidade está no campo da imaginação e da representação.

Mesmo considerando que não existam raças humanas, se fizéssemos por exercício hipotético tal simulação, ainda assim os cientistas que acreditam que existam, hoje entendem que as diferenças entre pessoas de uma suposta “mesma raça” são mínimas, quando comparadas a outras “raças”. Portanto, mesmo que se insista na validade da categoria “raça”, ela não seria suficiente para dar conta das diferenças entre os homens e as mulheres. As características biológicas de forma alguma podem ser definidas por esse critério (APPIAH, 1997, p. 63-64).

Qualquer que seja o ângulo de raça a ser considerado, ele não sobreviverá a uma análise mais profunda. Pois as migrações foram uma grande tendência da história da humanidade. Ademais, as pessoas normalmente não se enquadrariam em nenhuma categoria de raça, que tanto foi defendida no século XIX:

“(…). Em certo sentido, tentar classificar as pessoas num pequeno número de raças é como tentar classificar livros numa biblioteca: pode-se usar uma única propriedade – o tamanho, digamos – mas o que se obterá é uma classificação inútil (...)” (APPIAH, 1997, p. 66).

Definitivamente não encontramos lógica em torno das chamadas “raças humanas”. Tenta-se por meio da Biologia validar uma condição social, apesar de sabermos que no mundo diferentes comunidades se combinam o tempo inteiro, fugindo de qualquer alcance biológico definidor de raça que pudesse existir: “Uma parte mais conhecida do consenso é que as diferenças entre as pessoas, na linguagem, nos atributos morais, nas atitudes estéticas ou na ideologia política – as diferenças que nos afetam mais profundamente em nosso trato uns com os outros – não são biologicamente determinadas em nenhum grau significativo (...)” (APPIAH, 1997, p. 62).

Veremos agora, nas páginas a seguir, os modos e formas como os quadrinhos da história intitulada Tintim na África representou os africanos e o continente em que habitavam.

Análise dos Quadrinhos

Depois de discutirmos os fatores que influenciaram a maneira como a identidade foi construída no mundo, e entender quais foram decisivos para imagem criada sobre o continente africano, estaremos aptos agora para ver e interpretar a História em Quadrinhos: “Tintim na África”. As ciências raciais; o processo do Tráfico Transatlântico e a Conferência de Berlim, entre outros processos já apresentados nesse trabalho, foram cruciais para a perspectiva encontrada na História em Quadrinhos em questão.

“As aventuras de Tintim”, obra de 1929 do belga Georges Rémi Hergé, em que um jovem repórter e seu cão viajavam por diferentes lugares do mundo, em meio a muitas aventuras é a origem de “Tintim na África” (MOYA, 1986, p. 68). Nessas Histórias em Quadrinhos, o repórter “Tintim” e o seu cachorro “Milu” vão para África realizar matérias jornalísticas, e a partir daí acabam se envolvendo em situações de guerra, de aventuras com animais em um território retradado como “exótico”. E sempre como coadjuvantes da História, aparecem os “ignorantes” africanos, submissos e inocentes. É dessa forma que o autor os retrata:



Imagem 1 – (Tintim na África, p. 8 – Recorte).

Um homem “africano”, ainda no navio que levou Tintim para a África, aborda o cão de Tintim como “senhor cachorro”. Essa maneira de tratar um cachorro, com tanto respeito, significa que os africanos são tão submissos que até mesmo um animal pode ser uma referência como autoridade para os mesmos (HERGÉ, 1970, p.8).

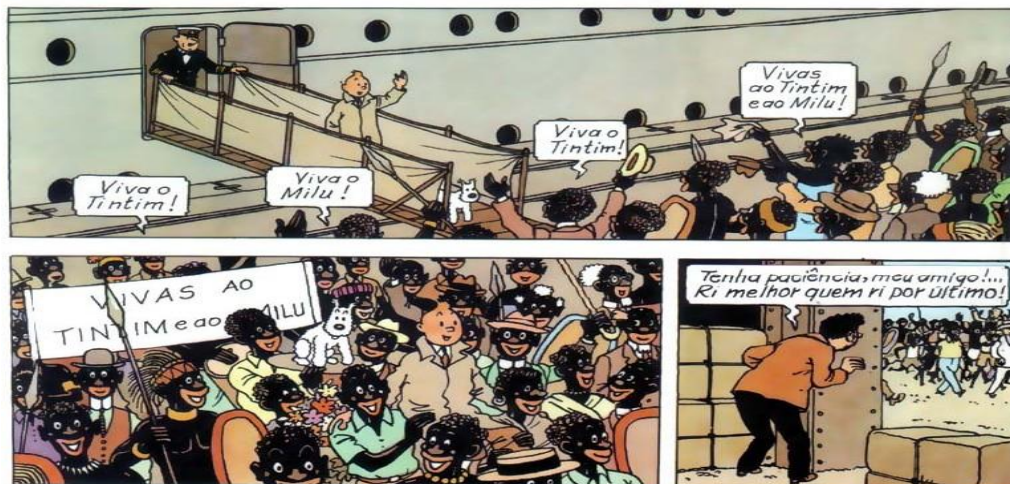
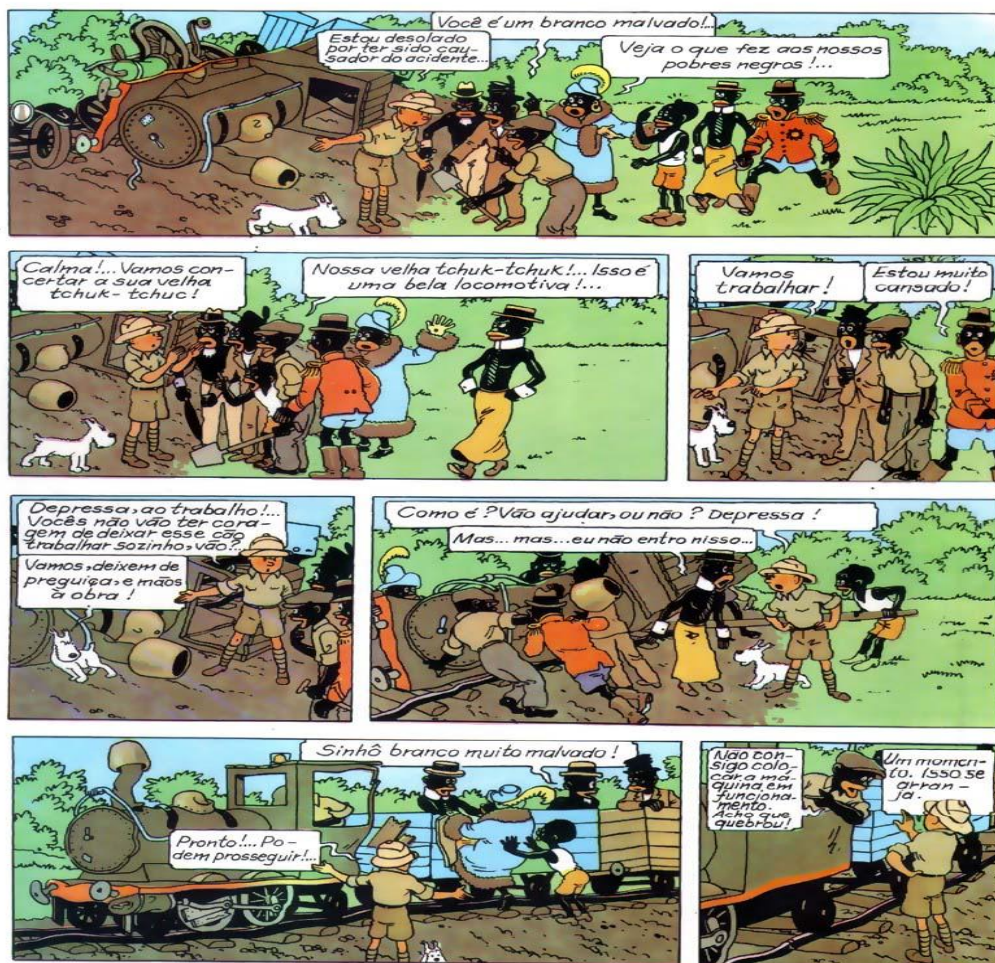


Imagem 2 – (Tintim na África, p 11 Recorte)

De forma bastante calorosa Tintim é recepcionado pelos africanos, como se ele fosse uma celebridade, uma pessoa de extrema importância para aquele povo. Porém, essa é mais uma entre várias estereotípias do continente africano, em que seus habitantes ficam impressionados com a chegada do “homem branco”, e mesmo sem bons motivos aparentes, fazem uma grande festa receptiva (HERGÉ, 1970, p.11).

Outra característica marcante da trama é a função de liderança exercida por Tintim, entre os africanos. Ele sempre é a pessoa que consegue encontrar a solução em meio a momentos difíceis, enquanto os africanos se desesperam, e não conseguem encontrar nenhuma saída viável. Na imagem a seguir, enquanto os africanos não sabem o que fazer quando acontece a quebra da sua locomotiva, Tintim logo toma a dianteira da situação, e diz poder dar um jeito, segundo suas palavras: “velha tchuk – tchuc”. Este, um sinal de desdém à tecnologia africana. Um detalhe importante na situação é que Tintim apenas comanda os africanos, numa postura imperativa (HERGÉ, 1970, p.22).



22

Imagem 3 – (Tintim na África, p 22).

A maneira como os africanos se comportam diante da tecnologia europeia também é de muita surpresa e certa ignorância, pois se considerava que os africanos pouco conheciam qualquer tipo de tecnologia, e era função dos europeus realizar a aproximação entre os africanos e a modernidade.

Assim, ao ouvirem a gravação de uma conversa, os africanos se perguntam se as pessoas que falam estão dentro do objeto de gravação. E quando observam a reprodução da imagem das pessoas que eles não simpatizavam, se revoltam, acreditando que atirando as suas “primitivas” lanças poderiam atingir as pessoas na imagem. Além de ficarem perplexos diante do que enxergam, com bastantes dúvidas (HERGÉ, 1970, p.28-29).

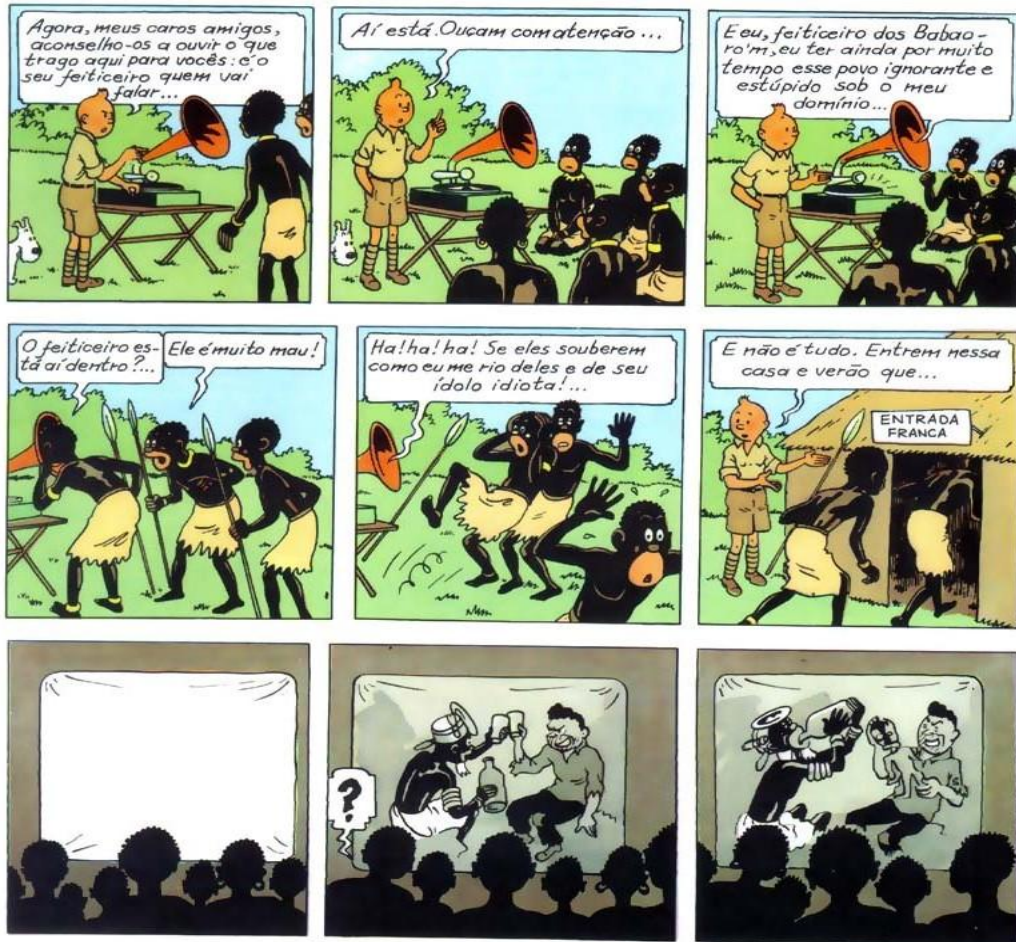


Imagem 4 – (Tintim na África, p. 28 - Recorte).

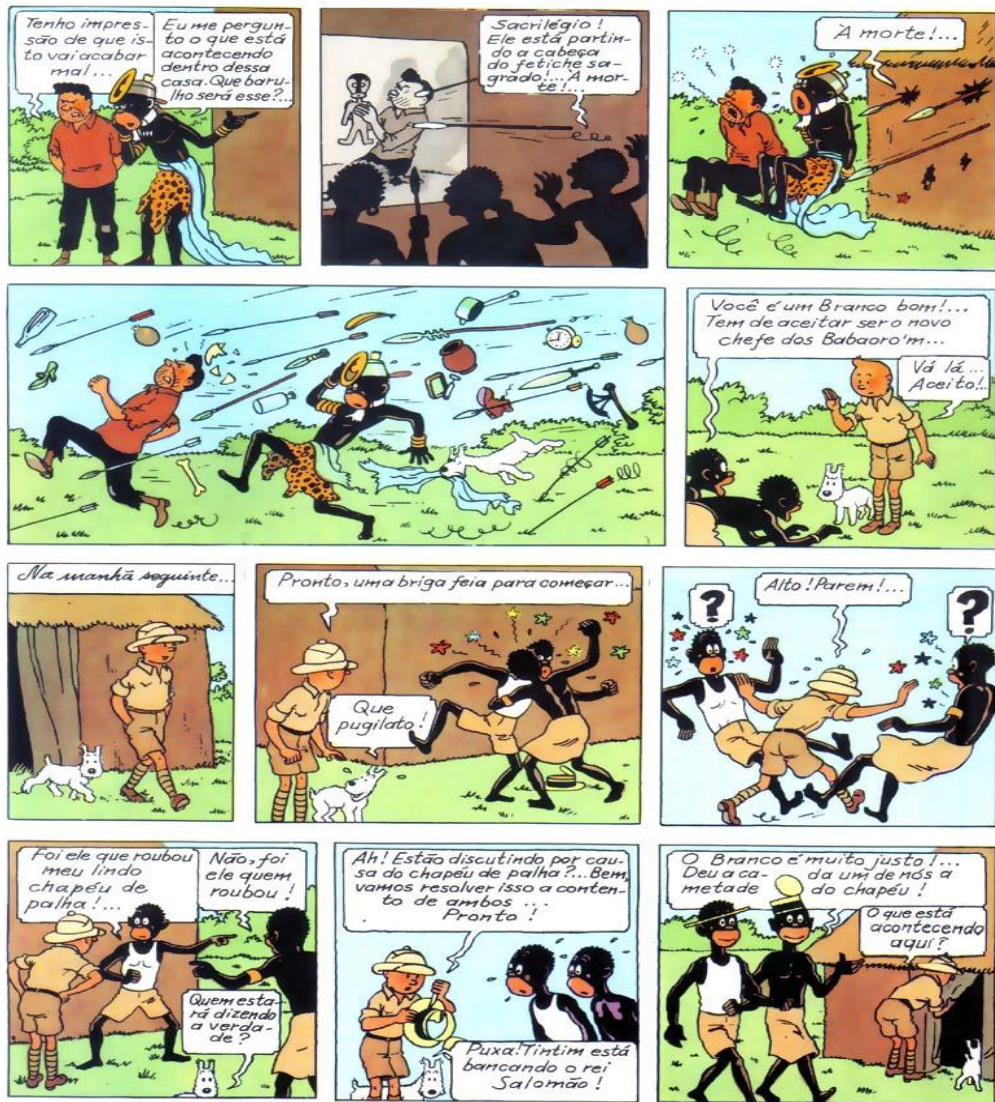


Imagem 5 – (Tintim na África, p. 29).

Na imagem 5 fica evidente qual o tipo de juízo de valor é direcionado aos africanos. Tintim se depara com uma briga entre eles, e o motivo parece ser o mais banal possível, um conflito em torno de um chapéu de palha. Mas, logo Tintim soluciona a questão, dividindo em dois pedaços o chapéu de palha, um para cada africano. E surpreendentemente os africanos aderiram à ideia, e concordaram em usar cada um, uma metade, mesmo que isso significasse algo muito fora dos padrões de vestimenta (HERGÉ, 1970, p. 29).

Os africanos também são descritos como não conhecedores da medicina, e predispostos a guerras incoerentes:



Imagem 6 – (Tintim na África, p. 30 - Recorte).

Eles ficam tão impressionados e agradecidos, que se curvam perante Tintim, depois que o mesmo apresenta-lhes uma pílula que cura o mal estar de um homem africano. Na sequência, uma guerra é provocada simplesmente porque um bilhete dizia que um grupo de africanos chamou o outro de covarde. Esta é uma das formas presentes não apenas nos quadrinhos, mas nos diversos meios de comunicação midiáticos. É claro que existem conflitos naquele continente, porém os motivos nem de longe se assemelham aos apresentados com o que é representado nos quadrinhos de Hergé (HERGÉ, 1970, p. 30).

Tintim tenta ensinar as crianças africanas um pouco de matemática, e não por acaso se frustra ao perguntar repetidas vezes quando é dois mais dois, e ninguém responde. Ao sair do local de ensino, Tintim já se depara com um elefante, e durante todo o decorrer da trama é bastante recorrente a imagem de animais e de um ambiente selvagem ilustrando a História (HERGÉ, 1970, p. 40).

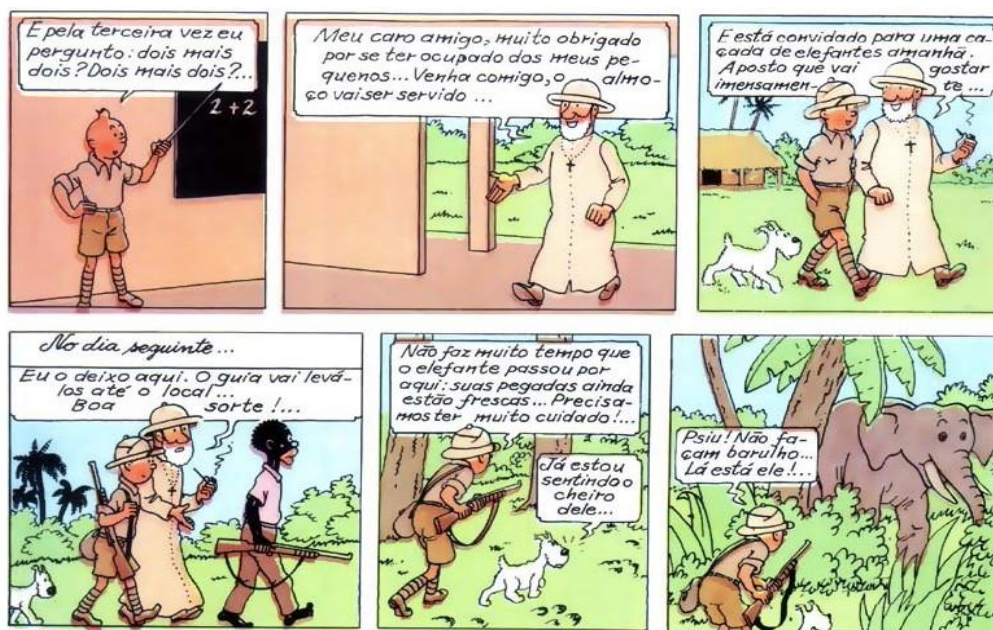
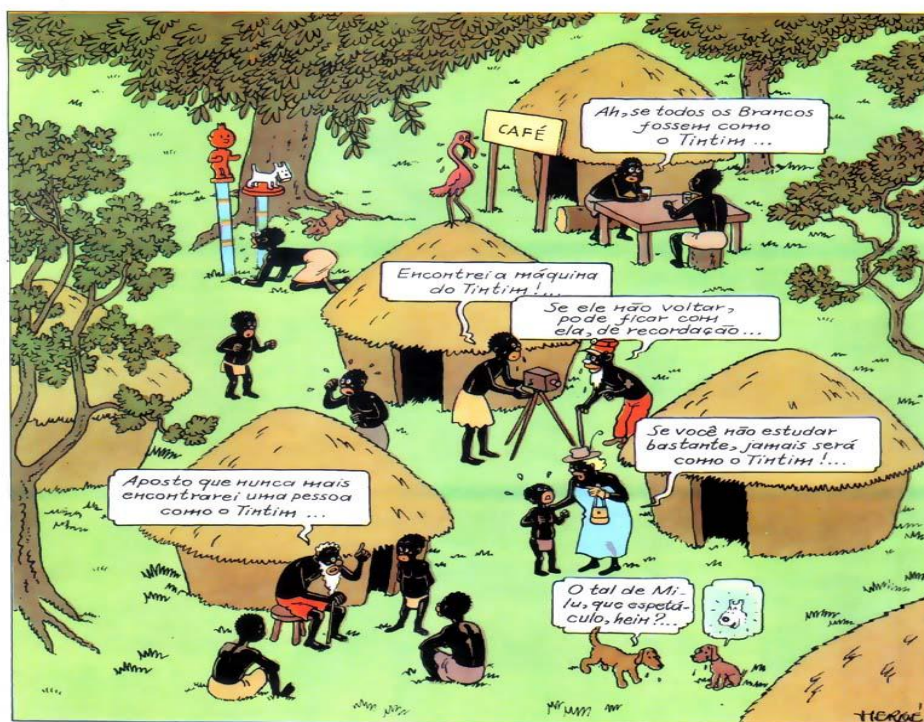


Imagem 7 – (Tintim na África, p. 40 - Recorte).

No momento em que Tintim salva a vida de um africano do ataque de uma cobra (imagem 8), ele fica tão grato, ao ponto de dizer que seria escravo de Tintim dali em diante: “Sem o senhor eu estaria morto... Agora eu me tornei seu escravo, Branco generoso...”. Isso nos remete ao período de tráfico e escravização de povos africanos a partir de uma visão que considera os processos ocorridos de maneira unilateral, omitindo possíveis posturas de autonomia dos povos africanos nesse período (HERGÉ, 1970, p. 34).



Imagem 8 – (Tintim na África, p. 34 - Recorte).



64

Imagem 9 – (Tintim na África, p. 64).

No desfecho de “Tintim na África”, é marcante o saudosismo que falam os africanos de Tintim. É como se ele fosse a pessoa certa a ser seguida como exemplo na vida. Frases como: “Se você não estudar bastante, jamais será como o Tintim”, permitem enxergarmos a preocupação do autor em mostrar Tintim como uma referência para os africanos. E a frase: “há, se todos os brancos fossem como o Tintim” transmite ao mesmo tempo a admiração dos africanos por Tintim. Contudo, revela uma sensação de vulnerabilidade por parte dos africanos em relação ao “homem branco”. Portanto, deram sorte em Tintim ser uma boa pessoa, caso contrário estariam relegados ao domínio de um “branco” sem as mesmas qualidades deste (HERGÉ, 1970, p. 34).

Temos em mente que as opiniões e as percepções são, em muito, resultados de uma determinada realidade social. Por isso encontramos aqui quais foram os parâmetros utilizados pelo autor de “Tintim na África” ao descrever os africanos.

As representações usam símbolos e signos para constituir uma suposta realidade. O mecanismo utilizado pelo desenhista Hergé foram desenhos e textos para indicar aos leitores o que ele mesmo pensava a respeito da África. E seu modo de visualizar o continente africano se baseava em uma visão de superioridade dos europeus sobre a cultura do “colonizado”.

Assim, percebemos uma cadeia de ligações entre: representações; identidades; e contextos históricos que posicionava a África num papel de coadjuvante na história.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Pudemos perceber quantos fatores estavam ligados à maneira como Hergé escreveu a História em Quadrinhos: “Tintim na África”. De ligações com o período colonial, até as influências das ciências raciais do século XIX, diferentes elementos perpassaram sua inspiração e posicionamento social. Assim, podemos concluir que as tradições são oriundas de diferentes contextos históricos, e estes podem ser sempre reformulados. “Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (HALL, 2003, p. 43).

Este trabalho buscou entender o que forja tantas imagens e discursos, na maioria das vezes baseadas em grosseiras estereotípias sobre o continente africano, a partir da análise de “Tintim”. E, conseqüentemente, tentar criar outras possibilidades de se entender a África.

Por isso a partir da historiografia do continente africano, é dada ênfase que o mesmo é enormemente diversificado, e que as culturas variam de forma gigantesca dentro do próprio continente. Portanto, só faz sentido falarmos em África, caso destaquemos o quanto este continente é heterogêneo. E que durante sua história no tempo, suas populações reagiram de distintas maneiras à presença estrangeira. Alguns se beneficiaram, outros perderam poder, ou muitos que já viviam em situação degradante, foram mais prejudicados ainda.

Mas, de maneira nenhuma podemos generalizar qual o comportamento dos povos africanos diante dos contatos intercontinentais, tendo em vista que são tão plurais. Ao contrário do que é apresentado em “Tintim na África”, uma História em Quadrinhos que permite observarmos um bom exemplo de construção histórica, e nos inserirmos na área de conflitos e competições do contexto das representações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AJAYI, J. F. Ade (Org). **História Geral da África, vol. VI - África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Pallas Athena/ Casa das Áfricas, 1998.
- BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: o desafio da história regional**. Amsterdã; Rio de Janeiro: SEPHIS; CEAA, EAA, Universidade Cândido Mendes, 2000.
- BATHILY, A e MEILLASSOUX, C. **As relações entre as diferentes regiões da África**. In: FASE. M. El. (Ed). **África do Século XVII ao XI**. 2. Ed. Rev. Brasília: Unesco, 2010.
- BENOT, Yves. **Ideologias da das independências africanas**. Vol. I. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1966.
- BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Revista das Revistas: estudos avançados. 1991. Disponível em: www.scielo.com.br. Acessado em 01 de maio de 2013.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (org.). **A descoberta de África. Lugar da História**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: In: MOKHTAR, Gamal (Org). **História Geral da África, Vol. II - A África antiga**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 01 – 36.
- DOSSE, François. **A História a prova do tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FASI, El Mohammed; **África do século VII ao XI**. In: HRBEK, Ivan (Org). **História Geral da África, Vol. III - Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 881 - 929**.
- FASI, El Mohammed; HRBEK, Ivan (Org). **História Geral da África, vol. III - África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- FEDEL, Agnelo. **Os iconográficos: teorias, colecionismo e quadrinhos**. São Paulo: LCTE Editora, 2007.
- FERRO, Marc. **O ressentimento na História**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sivik; Adelaine La Guardia Resende ... [et al]. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HERGÉ, Georges Rémi. **Tintim na África**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1970.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea** (1ª edição). 1ª. Ed. São Paulo: Grupo Summus/Selo Negro Editora, 2005.
- JOHN K. Thornton. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Rio de Janeiro: Editora Campus / Elsevier, 2004.
- KAPUSCINSKI, Ryszard. **Ébano. Minha vida na África**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. Volume I. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1972.
- KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 387 – 400.
- LÉPINE, Claude. Os nossos antepassados eram deuses. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a6-clepine.pdf>. Acessado em 16 de novembro de 2013.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França. Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10.639/2003. Reflexões para desconstruir certezas. **A Cor das Letras**, UEFS, n. 1 (2011), p. 125 - 151.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África. História dos Maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000)**. Tese de Doutorado, 2010, Universidade Federal Fluminense.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França. Só tem guerras, fome e tribos primitivas: a África através das Histórias em Quadrinhos do Fantasma, Tintim e Soldado Desconhecido. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, Natal, jul.2013.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França. Selvas, povos primitivos, doenças, fome, guerras e caos: a África no cinema, histórias em quadrinhos e nos jornais. **Anais do III Encontro da ANPUH de Sergipe**, Aracaju, 2012.
- LUYEM, Soni M. Bibe. **O que é história em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**. Tomo I. Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.
- MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Orgs). **História Geral da África, vol. VIII – África desde 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 01, 2001, p. 172 – 209.
- MOKHTAR, Gamal (Org). **História Geral da África, vol. II - A África antiga**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- MOYA, Álvaro de. **História da História em quadrinhos**. Porto Alegre: L & PM, 1986.
- MOYA, Álvaro de. **Shazam**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- NIANE, D. T. (Coord.). **História Geral da África, vol. IV – A África do século XII ao século XVI**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- OBENGA, T. 1970. “**Méthodologie em historie africaine: Sources locales**”. *África*, XXV (Intr. Geral). 1973. **L’ Afrique dans l’ Antiquité**. Paris, Prés. Africaine (10).
- OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África - Panorama Geral. In: KIZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 59 – 76.
- OGOT, B. A. (Org). **História Geral da África, vol. V – África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino de História da África no mundo Atlântico (1990 – 2005)**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- OLIVER, Roland. **A experiência africana: da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bon; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/ Pallas, 2013.
- REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1999.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales. A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- REIS, José Carlos. História e teoria. **Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Annablume, 2008.

- ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SANTIAGO, Theo (org.). **Descolonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- SILVA, Alberto da Costa. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2008.
- SILVA, Alberto da Costa. **Francisco Félix de Souza, mercador de escravos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/ Nova Fronteira, 2004.
- VERGUEIRO, Waldomiro. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- VIANA, Nildo. **Breve história dos Super-Heróis**. In: Super-Heróis, cultura e sociedade: aproximações multidisciplinares sobre o mundo dos quadrinhos. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011.
- VIEIRA, Marcos Fábio. **Mito e herói na contemporaneidade: as histórias em quadrinhos como instrumento de crítica social**. Contemporânea, nº 08, 2007.